



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO
LOCAL - (POSMEEX)**

PATRÍCIA ARAÚJO DOS REIS

**A PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: DIÁLOGOS E
AÇÕES DOS COLETIVOS CULTURAIS EM GOIANA-PE, NO PERÍODO DE 2013 -
2016**

**RECIFE - PE
2018**

PATRÍCIA ARAÚJO DOS REIS

**A PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL:
DIÁLOGOS E AÇÕES DOS COLETIVOS CULTURAIS EM GOIANA-PE, NO
PERÍODO DE 2013 - 2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

Prof.^a Orientadora Dra. Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa

**RECIFE - PE
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE

Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil.

R375p Reis, Patrícia Araújo dos. A participação social para o desenvolvimento local: diálogos e ações dos coletivos culturais em Goiana, no período de 2013-2016 / Patrícia Araújo dos Reis.

–Recife, 2018.

85 f. : il.

Orientadora: Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Recife, BR-PE, 2018.

Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

1. Participação social e cidadania 2. Coletivos culturais 3. Políticas Públicas de cultura 4. Desenvolvimento local I. Costa, Maria Aparecida Tenório

Salvador da, orient. II. Título

CDD 630

PATRÍCIA ARAÚJO DOS REIS

**A PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: DIÁLOGOS E
AÇÕES DOS COLETIVOS CULTURAIS EM GOIANA-PE, NO PERÍODO DE 2013 -
2016.**

LINHA DE PESQUISA: Extensão Rural para o Desenvolvimento Local

DATA DA APROVAÇÃO: _____ de _____ de 2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa - Orientadora
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local –
POSMEX - UFRPE

Prof.^a Dra. Maria do Rosário de Fátima de Andrade Leitão - Examinador/a Interna
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local –
POSMEX - UFRPE

Prof. Dr. José Nunes da Silva – Examinador Externo
Departamento de Educação - Universidade Federal Rural de Pernambuco

**RECIFE - PE
2018**

Dedico esta Dissertação aos ancestrais dos meus pais que compõem a minha essência, aos meus irmãos e irmãs que conquistei durante a minha trajetória de evolução e aos mestres e mestras (acadêmicos e tradicionais) que fizeram e fazem parte do meu aprendizado contínuo na escola da vida.

Agradecimentos

À energia da Boa Vontade que me acompanhou neste percurso de descobertas, de reflexões e ressignificações. Ao Sagrado que anima a minha matéria e que me desloca neste mundo que necessita cada vez mais coletivizar a Bondade entre os seres de todas as espécies. À motivação criadora do feminino e do masculino que estimula a dinâmica do Verbo criativo que nos direciona à transformação social como consciência integradora, através de atitudes e de vivências que agregam a inclusão social e que respeitam as diversidades. À Maria do Carmo de Araújo dos Reis (*in memoriam*), minha mãe amada que acolheu o meu espírito aprendiz e ao meu pai Sérgio José dos Reis que valorizou a educação em minha vida, garantindo que eu seguisse os caminhos de buscas pelo conhecimento. À Jacira Lopes guardiã de minhas alegrias e tristezas. Ao apoio e incentivo de Adriano S. Carvalho, Catarina de Angola e Ítalo Rômany.

À dedicação ofertada com serenidade e respeito nesta trilha percorrida em conjunto com a admirada orientadora e querida, Dra. Profa. Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa. Aos companheiros e companheiras das trincheiras culturais que compartilham comigo a ideia de um país que pode reconhecer o seu patrimônio cultural material e imaterial como propulsor de um desenvolvimento local que envolve aos cidadãos e cidadãs protagonistas e executores dos seus direitos culturais. À escritora e educadora Inaldete Pinheiro, à amiga e irmã Micheli Barreto, à musa da criatividade e companheira Thalita Peixe de Medeiros, ao músico e ativista cultural, José Francisco Irineu (Zinho) e à gestora cultural Teca Carlos grandes inspiradores de minha vida pessoal e profissional e que disseram para mim: Avante, preta! Aos goianenses, aos caboclinhos, aos quilombolas do povoado de São Lourenço, aos caboclos de lança da Mata Norte que resistem e ofertam magia aos integrantes do Silêncio Interrompido, da Bodega da Yá e do lapôî Cineclubes que contribuíram com a pesquisa, através de seus discursos e impressões sobre participação social e política. À Universidade Federal Rural de Pernambuco, em nome dos colegas, amigos, irmãos e educadores humanizados do POSMEX que contribuíram para o meu despertar acadêmico e profissional com discernimento, a partir de práticas humanísticas e integradoras.

Aos silêncios e falas da vida contemporânea que expressam e clamam por amor, justiça social, fraternidade, liberdade e resistência ao opressor. Adupè, Kawo!

O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 1999, p.29).

RESUMO

O trabalho analisa a participação social em Goiana, município do estado de Pernambuco, por meio das ações dos coletivos culturais e suas estratégias que visam contribuir com o desenvolvimento local. A pesquisa, de natureza qualitativa, considerou a importância do exercício da cidadania, do reconhecimento da identidade cultural e local, a partir de práticas democráticas com decisões paritárias frente às políticas públicas de cultura, em espaços públicos diversos. O referencial teórico destaca as categorias: participação social e cidadania, a partir dos estudos de Aranha, (2005), Dantas (2007) e Gohn (2013, 2014), políticas públicas de cultura, com base nos trabalhos de: Barbalho (2008); Cunha Filho (2010), Tatagiba (2010) e Rubim (2012) e Desenvolvimento local, sob a perspectiva dos estudos de Sen (1999), De Jesus (2003) e Kronemberger (2011). Os dados de pesquisa foram obtidos por meio da entrevista semiestruturada e análise documental. A análise das informações coletadas foi examinada na perspectiva da Análise de Discurso (AD), com base nos estudos de Foucault (1996) e Orlandi (2011).

Palavras-chaves: Participação social e cidadania. Coletivos Culturais. Políticas Públicas de Cultura. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The paper analyzes social participation in Goiana, a municipality in the state of Pernambuco, through the actions of cultural collectives and their strategies aimed at contributing to local development. Qualitative research has considered the importance of exercising citizenship, recognizing cultural and local identity, based on democratic practices with parity decisions regarding public policies of culture, in different public spaces. The theoretical reference framework highlights the following categories: social participation and citizenship, based on the studies of Aranha, (2005), Dantas (2007) and Gohn (2013, 2014); Cunha Filho (2010), Tatagiba (2010) and Rubim (2012) and Local development, from the perspective of the studies of Sen (1999), De Jesus (2003) and Kronemberger (2011). The research data were obtained through semi-structured interview and documentary analysis. The analysis of the information collected was examined from the perspective of Speech Analysis (AD), based on studies by Foucault (1996) e Orlandi (2011).

Key-words: Social participation and citizenship. Cultural Collectives. Public Policies of Culture. Local Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Conjunto Arquitetônico Carmelita - Cruzeiro do Carmo – Centro Histórico de Goiana.....	18
Ilustração 2 - Evento que marcou a criação da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Artístico e Cultural do município de Goiana, Lançamento do SMC e posse da Secretária, em abril de 2016. Cine- Teatro Polytheama – Goiana-PE.....	32
Ilustração 3 - Representação iconográfica das tribos e caboclinhos de Goiana	35
Ilustração 4 - Mapa das Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco	37
Ilustração 5 - Mapa da Região da Mata Norte de Pernambuco	37
Ilustração 6 - Mapa da Diversidade Cultural da Mata Norte de Pernambuco	38
Ilustração 7 - Legendas do Mapa Diversidade Cultural da Mata Norte de Pernambuco	39
Ilustração 8 - Logomarcas dos coletivos culturais e símbolos das manifestações culturais e do patrimônio do município de Goiana.....	46
Ilustração 9 - Cartaz do Projeto Entremeios	55
Ilustração 10 - Mobilização nas redes sociais dos setores culturais em prol da aprovação do SMC.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Identificação dos sujeitos entrevistados conforme atuação política e cultural.....	42
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD- Análise de Discurso
ADC- Análise Crítica do Discurso
CBVP- Companhia Brasileira de Vidros Planos
CC- Coletivos Culturais
CMPC - Conselho Municipal de Política Cultural
CPCP- Conselho de Política Cultural de Pernambuco
FIAT- Fábrica Italiana Automobilística de Turim
FUNCULTURA- Fundo Pernambucano de Apoio à Cultura
FUNDAJ- Fundação Joaquim Nabuco
FPNC- Festival Pernambuco Nação Cultural
FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
FUNARTE - Fundação Nacional das Artes
HEMOBRÁS- Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDIC- Ministério da Indústria do Comércio e Exterior
MCP- Movimento de Cultura Popular
MINC- Ministério da Cultura
PIB-Produto Interno Bruto
PNC-Plano Nacional de Cultura
PNEC- Plano Nacional de Economia Criativa
PNPS - Política Nacional de Participação Social
POSMEX- Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local
PIB-Produto Interno Bruto
PCV-Programa Cultura Viva
RD- Região de Desenvolvimento
SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT-PE- Secretaria de Cultura de Pernambuco
SMC-Sistemas Municipais de Cultura
SNPS- Sistema Nacional de Participação Social
SNC-Sistema Nacional de Cultura
UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
VIVIX- Fábrica de Vidros Planos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I- PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA: DO BRASIL À GOIANA DE PERNAMBUCO.	18
1- Política e Políticas Públicas:.....	22
2- Políticas Públicas de Cultura no Brasil.	24
2.1- O campo semântico da cultura:	24
2.2- O Brasil e as políticas públicas de cultura:	25
3- Do Sistema Nacional de Cultura ao Sistema Municipal de Cultura de Goiana: .	26
3.1- Conselho Municipal de Política Cultural de Goiana (CMPC)	30
3.2- Os coletivos culturais e o desenvolvimento local.....	33
CAPÍTULO II – PERCURSO METODOLÓGICO	35
1- Natureza da Pesquisa:	36
2 - O universo pesquisado:	36
3- Meios e Instrumentos da Pesquisa:.....	40
4- Sujeitos pesquisados:.....	41
4.1 – Silêncio Interrompido (SI):	42
4.2- O Espaço Cultural Bodega da Yá:	43
4.3- Iapô Cineclube:.....	44
5 - Metodologia de Análise:	44
CAPÍTULO III- OS DISCURSOS DOS COLETIVOS CULTURAIS GOIANENSES.	46
1- As ações culturais como práticas políticas	49
2- O discurso e o poder dos sujeitos dos Coletivos Culturais nos processos de definição das políticas públicas de cultura:.....	53
3- O tambor resiste, o verso denuncia e a imagem retrata a política da identidade cultural goianense.....	57
3.1 - Desenvolvimento com envolvimento: a prática da cidadania que expressa o simbólico e inclui a diversidade cultural no processo econômico.	60
CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS	66
Apêndice A – Artigo	69
Apêndice B - Roteiro de entrevistas com os integrantes dos coletivos culturais: Espaço Cultural Bodega da Yá, Silêncio Interrompido e Iapô Cineclube.	81
Apêndice C- Roteiro de entrevista com gestores públicos do município de goiana.	82
Anexo I- Termo De Consentimento Livre Esclarecido	83

INTRODUÇÃO

O estudo sobre o processo de participação social na execução da política pública de cultura municipal e seu impacto no desenvolvimento local traduziu o objeto da pesquisa, bem como a atuação dos sujeitos envolvidos em ações políticas e culturais no município de Goiana, localizado na Mata Norte do estado de Pernambuco.

Considerando que as ações promovidas pelos coletivos culturais e pelas parcerias públicas e privadas demonstram o avanço da participação social e do exercício pleno da cidadania dos sujeitos que integram os referidos coletivos, a pesquisa proposta também investigou o processo conflituoso existente entre as forças hegemônico-conservadoras e o protagonismo político e de resistência dos setores populares, que disputam os espaços de decisões políticas. Quanto à temporalidade, a investigação incidiu sobre o período entre 2013 a 2016.

Nesse contexto, a pesquisa buscou reconhecer a identidade cultural em sua diversidade dos sujeitos sociais por meio da participação destes nos coletivos culturais, que se articulam em rede, visando sua integração nos processos decisórios que permeiam o planejamento, a construção e execução das políticas públicas voltadas para a cultura. Os sujeitos sociais que integram os coletivos culturais são produtores e receptores de símbolos, formas e modos de fazer o cotidiano popular. Nesse sentido, considera-se o protagonismo de setores tidos como populares e historicamente invisibilizados na efetivação de uma gestão democrático-participativa.

De acordo com a Política Nacional de Participação Social, o conselho gestor ou *conselho de políticas públicas* consiste em uma

Instância colegiada temática permanente, instituída por ato normativo, de diálogo entre a sociedade civil e o governo para promover a participação no processo decisório e na gestão de políticas públicas. (BRASIL, 2014).

No Brasil, os conselhos gestores surgiram a partir da Constituição Federal de 1988, marco que os institucionalizou, atribuindo-lhes competência deliberativa. No estudo desenvolvido, a formulação e execução das políticas públicas de cultura, contam com a participação social, representada paritariamente pelo Conselho

Municipal de Política Cultural (CMPC)¹ do município de Goiana. Essa participação, traduzida na gestão compartilhada, tem mobilizado os coletivos culturais e demais associações representativas, para o diálogo a partir de temáticas como: participação social; políticas afirmativas voltadas à etnia, gênero e religião de matriz afro-indígena; inclusão social; além da representatividade de outras linguagens artístico-culturais.

Compreende-se, portanto, que cada sujeito ou coletivo pode se tornar um agente cultural, com condições para transformar sua realidade, assim como contribuir com a transformação da sua comunidade, partilhando os benefícios conquistados. Desse modo, os sujeitos que integram os coletivos culturais lapôl Cineclube, Centro Cultural Bodega da Yá e o Silêncio Interrompido são representados por seus pares no CMPC, e essa representação buscará socializar as discussões e deliberações que envolvem as políticas públicas de cultura, seus territórios físicos, coletivos e de memória cultural entre os membros desses coletivos.

O interesse pela temática a ser investigada surgiu a partir do envolvimento da pesquisadora com a temática Economia da Cultura, durante a realização da Pós-Graduação em Economia da Cultura (*Lato Sensu*) realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Centro Josué de Castro, Prefeitura do Recife e Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE). E posteriormente como Técnica em Gestão de Equipamentos Culturais e Patrimônio da FUNDARPE, entre 2009 e 2015, onde as atividades formativas que integravam a temática Economia da Cultura eram formuladas pela equipe na FUNDARPE da qual a pesquisadora integrava, e estas eram dialogadas com os representantes das variadas linguagens culturais. Essas atividades que envolviam palestras e minicursos eram executadas anualmente no decorrer das 13 edições do Festival Pernambuco Nação Cultural (FPNC) e pelos Fóruns realizados para escutas participativas organizadas por segmentos culturais e por regiões de desenvolvimento

¹O Conselho Municipal de Política Cultural de Goiana é um órgão colegiado, consultivo, orientador e deliberativo, composto entre Poder Público e Sociedade Civil. Seu objetivo é institucionalizar a relação entre a Administração Municipal e os setores da sociedade civil ligados à cultura e inclui em seu Organograma a Câmara Setorial de Economia Criativa. Fonte: <http://www.goiananoticias.com/single-post/2016/08/05/Conselho-de-Cultura-elege-diretoria-executiva>, Acessado em 19/09/2016.

de Pernambuco. A realização destes festivais possibilitou as celebrações de cultura, que agregaram ao planejamento e desenvolvimento de sua programação o processo decisório e participativo. Ou seja, a concepção de cada festival era dialogada com as representações culturais de cada município sede e enfocava as vocações locais e suas especificidades.

Sobre as políticas culturais, Rubim (2012, p.43), informa que:

[...] os interessantes canais de participação da sociedade civil e dos artistas precisam ser avaliados e consolidados, inclusive institucionalmente. Nesta perspectiva, encontros, seminários, conferências, assumem lugar de destaque.

Sob este aspecto, a escuta dos setores culturais, a proposição e a execução dos fóruns regionais em realizadas entre 2008 e 2012, no estado de Pernambuco, foram bem-vindos no que tange ao dimensionamento cidadão que tanto os gestores precisam para legitimar as suas ações. Desta forma, o autor citado se refere à experiência da participação social dos sujeitos de variadas identidades e interesses específicos, residentes no município de Goiana, atuantes na construção de políticas públicas de cultura nestas ocasiões de partilha democrática e discussões sobre a dinamização de práticas culturais neste município. Essa participação social torna-se possuidora de um diferencial que está nas formas de criar espaços e discursos que vão além dos territórios físicos convencionais, influenciando e agregando valores simbólicos, econômicos e de cidadania vivenciados em todos os setores produtivos de Goiana.

Neste caso, a relevância teórico-empírica da pesquisa se inspirou na contribuição ao reconhecimento das atividades integradoras, que dialogam com as demandas sociais, políticas, culturais e ambientais, considerando as vocações locais e identidades culturais dos sujeitos que interagem com as ações negociadas com o poder público. A ampliação dos direitos culturais como exercício democrático materializado nas políticas públicas de cultura se torna um desafio constante no contexto vivenciado quando as negociações que permeiam direitos e deveres dos sujeitos políticos dialogam com a democracia brasileira, considerando que, conforme Rubim e Rocha (2012, p.44), “está a exigir para a sua consolidação a ampliação de direitos culturais e da cidadania cultural em nosso país.”

Sendo assim, a pesquisa se justificou a partir do entendimento de que a participação social, associada às práticas culturais, pode estimular a busca pela valorização da cultura local. O processo investigativo e os seus resultados podem contribuir com a análise da gestão participativa na construção de processos políticos, como também estimular a promoção de debates em espaços institucionais como universidades, sindicatos, associações e outros.

No que tange ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX), a pesquisadora realizou levantamento das dissertações produzidas por este Programa, no período de 2006 a 2017, e das 148 (cento e quarenta e oito) dissertações encontradas, apenas, cinco pesquisas se aproximaram do trabalho ora apresentado, visto que os objetos e as abordagens eram muito específicos, ou seja, há um significativo espaço para novas investigações acerca das políticas públicas de cultura e desenvolvimento local.

Nesta perspectiva, este estudo pode ser direcionado e construído através do olhar dos Estudos Culturais que percebe a importância da gestão participativa e o diálogo com os coletivos culturais dialogando com suas respectivas identidades tendo por base a resistência e luta por valores que incluam social e culturalmente a diversidade local nas instâncias de poder e de suas negociações. Sendo assim, os sujeitos destes coletivos tomam parte da participação social e produzem discursos, onde possam incluir no seu processo de construção política e educativas temáticas relevantes que tratam da sustentabilidade, meio ambiente, turismo ecológico, políticas públicas, representatividade de segmentos culturais subalternos, economia criativa e desenvolvimento local. Considerou-se a diversidade simbólica da constituição histórica, patrimonial e social da população goianense em sua complexidade cultural e integrativa, tendo também como referência a publicação do estudo iconográfico realizado em 2016, em parceria com a gestão municipal do município, membros dos coletivos culturais estudados e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O interesse pela referida proposta de pesquisa, surgiu de inquietações e questionamentos da pesquisadora como: através da participação social e cidadã, os coletivos culturais articulados, podem desenvolver debates e práticas culturais compartilhadas que levem ao exercício da cidadania? De que forma as políticas públicas de cultura, podem ser legitimadas em favor da promoção do

desenvolvimento local? A partir dos questionamentos acima, originou-se o seguinte problema de pesquisa: como a participação dos coletivos culturais pode contribuir para o desenvolvimento local?

Diante do exposto, o processo de pesquisa buscou alcançar os seguintes objetivos:

1- Geral

Analisar a participação social no desenvolvimento local do município de Goiana-PE, a partir dos diálogos e ações dos coletivos culturais no período de 2013 a 2016.

2- Específicos

- Relacionar as ações dos coletivos culturais com as políticas desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Política Cultural de Goiana – PE.
- Compreender o processo de discussão, planejamento e execução das políticas públicas de cultura, desenvolvido no município de Goiana - PE.
- Descrever os discursos sobre as ações culturais e seus impactos no processo da participação social em prol do desenvolvimento local.

O primeiro capítulo explana o campo conceitual que se refere à política, políticas públicas e políticas culturais no Brasil, resumindo historicamente sobre o surgimento destas últimas, e a execução das mesmas na aplicabilidade do Sistema Nacional de Cultura e do Conselho de Política Cultural do Município de Goiana.

O percurso metodológico é apresentado no segundo capítulo, onde o município de Goiana e os sujeitos de pesquisa são apresentados, bem como o tipo de pesquisa desenvolvido, os instrumentos de pesquisa utilizados e a análise de discurso como contribuinte para a compreensão dos discursos dos sujeitos da pesquisa.

O capítulo três apresenta a análise dos resultados alcançados com o processo investigativo, num diálogo com a teoria que embasou este trabalho.

A conclusão apresenta as inferências da pesquisadora, como também os espaços a serem preenchidos por novos trabalhos que se ocupem do tema estudado.

CAPÍTULO I- PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA: DO BRASIL À GOIANA DE PERNAMBUCO.

Ilustração 1 - Conjunto Arquitetônico Carmelita - Cruzeiro do Carmo – Centro Histórico de Goiana.



Fonte: Felipe Rodrigues (acervo: O Imaginário), Iconografia de Goiana-SEBRAE- 2016.

Ideia pra frente é saber/ Aonde é que eu vou me levar
Se eu uso no peito um colar/ não ligue deixa ficar
Não façam ideias de mim /Não venham querer me julgar
Melhor que falar é viver/ A hora é da gente cantar /Vem! / Que o momento me
convida a participar da nossa alegria

Participação/ Clara Nunes

CAPÍTULO I- PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA: DO BRASIL À GOIANA DE PERNAMBUCO.

Ao tratar sobre participação social e cidadania, no contexto deste trabalho, se torna relevante compreender o campo conceitual de política, políticas públicas, cultura e políticas públicas de cultura, campos que se apresentam diversos e, às vezes, conflituosos. Conforme cita, Machado (2010, p.256), a participação social, de acordo com a Declaração do México sobre as Políticas Culturais² (1983), “restringe o âmbito do conceito ao postular a participação dos indivíduos e da sociedade no processo de ‘tomada de decisões que concernem à vida cultural’”. O autor ainda aponta quatro características que agregam especificidades ao que se refere à participação social dos coletivos culturais da qual trata esta pesquisa.

[...] é possível apontar pelo menos quatro características do conceito de participação: a primeira, e mais fundamental, é a que reserva o uso do termo aos atos de tomada de decisões políticas; a segunda situa a participação na relação entre a sociedade e os organismos culturais, ou seja, refere-se ao Estado; a terceira estabelece que essa relação é direta e pela via do diálogo. [...]. Por último, quando se diz que o diálogo é com a população, pressupõe-se que o agente da participação seja um ator/sujeito, ou seja, alguém que representa interesse coletivo (MACHADO, 2010, p.256).

Desta forma, a participação social está relacionada com a prática da cidadania pela Sociedade Civil, que reivindica ações pelo bem comum, ou seja, demandas sociais e coletivas, e que articulam grupos de interesses específicos ao Estado por meio das suas instâncias de poder. Desse modo, Gohn (2013, p.13) discute sobre os coletivos culturais e sua participação social quando explica que as “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural [...] viabilizam distintas formas da população se organizar e de expressar suas demandas”. Assim, a participação social está atrelada à busca por direitos, criando vínculos sociais entre os participantes de movimentos ou coletivos que compartilham “[...] motivações para a participação, ou identidade, com conflitos e lutas sociais” (GOHN, 2014, p.49). E, ainda, segundo a autora: “Os que participam se identificam com outras pessoas que

² Disponível nos portais <<https://iphan.gov.br>> e <<https://pt.scrib.com>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

estão participando. Criam identidades emocionais, e as emoções são vistas como fenômenos coletivos” (GOHN, 2014. p.51).

Dessa forma, os coletivos culturais pesquisados agregam em sua composição elementos, que abrangem a ideia de participação social baseada no que os define e os integra. Esta prática cidadã, em busca por direitos, os vinculam através de significações ou práticas (modos de saber e fazer), mesmo que diante da ausência de políticas públicas específicas. Ratifica-se, portanto, a relação estreita entre a participação social e a cidadania:

A Participação Cidadã é lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito ao voto, mas constrói o direito à vida do ser humano como um todo. Por detrás dele há um outro conceito, de cultura cidadã, fundado em valores éticos universais, impessoais[...]. (GOHN, 2013, p.18).

A autora, ainda, afirma que a Participação Cidadã pode combater, através do exercício democrático, as situações de exclusões que põem à margem dos direitos grupos dominados pela hegemonia política e econômica:

A Participação Cidadã funda-se também numa concepção democrática radical que objetiva fortalecer a sociedade civil no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social- sem desigualdades, exclusões de qualquer natureza. Busca-se a igualdade, mas reconhece-se a diversidade cultural (GOHN, 2013, p.18).

O respeito à diversidade cultural amplia a prática da democracia no que tange à busca por direitos políticos, sociais e civis, considerando as especificidades de cada grupo, sendo estes hegemônicos, ou não. Assim, vale ressaltar que as diferenciações, baseadas na historicidade do município, na tradicional e significativa ancestralidade e nos discursos dos integrantes dos coletivos culturais, também proporcionam forma à construção dos processos de organização e de percepção. Ou seja, “[...] a classe dominada só pode opor-se a classe dominante produzindo a sua própria ideologia, elemento indispensável da sua tomada de consciência” (BACZCO, 1985, p.304).

De acordo com Dantas (2007, p.18) “[...] a conscientização é a principal característica do conceito de cidadania”. O autor, também, comenta que a universalidade e a supremacia da maioria dos participantes de ações políticas

integram e garantem que o coletivo possa ser favorecido considerando que, “a democracia vista de forma simples é a possibilidade que temos de optar e seguir a orientação daquilo que a maioria escolheu, respeitando a existência e a possibilidade de a posição da minoria um dia tornar-se realidade” (DANTAS, 2007, p.18).

Sobre a relação entre a prática cidadã no exercício de direitos com a efetivação da democracia, a Carta Interamericana Democrática³ (2001), no seu artigo 6º, esclarece:

A participação dos cidadãos nas decisões relativas ao seu próprio desenvolvimento é um direito e uma responsabilidade. É também uma condição necessária para o exercício pleno e efetivo da democracia. Promover e fomentar diversas formas de participação fortalece a democracia.

Sendo assim, os canais de participação social foram ampliados, assegurando os instrumentos de articulação de mecanismos e espaços de diálogos para o exercício da cidadania.

No Brasil, foi criado o Decreto de nº 8.243, de 23 de maio de 2014 que instituiu a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS. Assim, o exercício da política, traduzido nas ações públicas, com a finalidade de proporcionar ao cidadão a aprendizagem da prática cidadã e democrática, revela a importância das práticas educativas na elucidação sobre o conhecimento dos instrumentos democráticos de participação social a serem utilizados pelo (a) cidadão (ã) consciente de seus direitos sociais e civis, conforme explica Aranha (2005, p. 262):

Se admitirmos que a política é uma dimensão importante da nossa vida, é preciso reconhecer a necessidade da educação efetiva para melhor compreender a vida pública. Essa aprendizagem é a condição para o exercício da cidadania consciente e ativa, para pressionar o governo ou atuar por conta própria na sociedade civil, nas áreas em que for necessário, ampliando as possibilidades da gestão democrática.

³ A Carta Democrática Interamericana é um instrumento utilizado no campo político e tem por objetivo principal o fortalecimento e preservação da institucionalidade democrática. Foi aprovada em 11 de setembro de 2001, em sessão especial da Assembleia da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Lima, Peru. Fonte: <<http://www.oas.org>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

De acordo com Aranha (2005, p.268), “[...], o cidadão é um sujeito de direitos cívicos e de direitos sociais”. Assim, o sujeito politizado exerce deveres com o bem-estar comum, ao tempo em que vive plenamente a sua cidadania com a garantia de também possuir direitos. Assim, para que ocorra a materialização destes direitos, associados à criação de instrumentos democráticos pelos sujeitos que atuam na Sociedade Civil e no Estado, cabe destacar a importância da prática política e da existência das políticas públicas como vias de formulação e de execução de programas e projetos que atendam às necessidades sociais dispostas nas reivindicações de movimentos, organizações ou de coletivos sociais e culturais.

1- Política e Políticas Públicas:

Ao tratar do termo política faz-se necessário remontar à antiguidade grega, onde se encontra a origem dessa ciência, que tem contribuído para a compreensão e organização social, desde a idade antiga à contemporaneidade. Conforme explica Aranha (2005), os gregos não se limitaram a refletir sobre política, mas formularam teorias se utilizando de práticas filosóficas. Pode-se, desta forma, considerar que o termo grego *pólis* que significa cidade, originou a palavra política, estabelecendo a partir desta sinonímia a prática de atividades que derivaram da arte de governar a cidade ou o urbano, originando assim a vida pública. Para Rua (1998, p.1), o termo política “consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. Ou seja, a prática política consiste no exercício do poder com procedimentos legitimados pela comunidade.

Desta forma, as políticas públicas devem garantir a materialização das decisões coletivas, que são consideradas instrumentos de democratização de ações políticas. De acordo com Rua (1998, p.1):

[...]. As políticas públicas (policies), por sua vez, são outputs, resultantes da atividade política (*politics*): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

Ou seja, o protagonismo a ser assumido pela sociedade civil passa pela regulamentação destes instrumentos de decisão, como é o caso, por exemplo, das eleições diretas e da realização de assembleias para escuta dos sujeitos. Dessa forma, as políticas públicas têm a finalidade de garantir o exercício político, que deve traduzir-se em ações democráticas. No trabalho ora desenvolvido, as políticas públicas são consideradas como canais de desenvolvimento deste processo democrático, onde os grupos culturais organizados em coletivos, discutem e deliberam ações, tornando-se parte integrante do corpo social e político.

Ao se analisar o contexto político vivenciado pelos integrantes dos coletivos, torna-se relevante citar a plena participação destes no Conselho Municipal de Política Cultural. E nesta perspectiva, sobre a participação dos sujeitos e a relação com o processo de construção de canais de participação cidadã, Rubim (2010, p.15) acrescenta que:

Eles aparecem como instâncias de acompanhamento e controle público do Estado e de participação cidadã na elaboração de políticas públicas. A redemocratização da sociedade brasileira fez emergir um conjunto de conselhos que tem desempenhado um relevante papel na história recente do país, inclusive neste processo de construção democrática.

Desta forma, a participação social conjugada às políticas públicas revela o envolvimento dos sujeitos sociais nos processos decisórios e nos espaços de poder. Nesse sentido, as práticas educativas da ação política devem ser constantes, visando à formação do (a) cidadão (ã) para o exercício de seus direitos e deveres políticos, incentivando a participação nos diversos setores da sociedade civil. Desse modo, Dantas (2007, p.206), sobre a necessidade da universalização da cidadania quanto às políticas públicas no que envolve os participantes das arenas políticas, afirma: “A qualidade do processo político é que vai determinar o desempenho da administração pública e será dependente do comportamento dos participantes das arenas de decisão política”.

2- Políticas Públicas de Cultura no Brasil.

2.1- O campo semântico da cultura:

Os significados da palavra cultura são diversos e amplos, tornando-a uma palavra polissêmica. Isto provoca, nos debates sobre o assunto, reflexões e discussões teóricas e práticas sobre as aplicações desses significados nos variados campos de conhecimento que dialogam com a temática da cultura. Dentre as várias abordagens sobre o termo cultura, Chauí (2009, p.20) explica que:

Vinda do verbo latino *colere*, na origem, cultura significa o cultivo, o cuidado. Inicialmente, era o cultivo e o cuidado com a terra, donde agricultura, com as crianças, donde puericultura; e com os deuses e o sagrado, donde culto. Como cultivo, a cultura era concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios.

Chauí (2009) relaciona, desse modo, o termo cultura ao conceito iluminista que associa a palavra em questão aos campos políticos e ideológicos, a partir do século XIX. Neste período surge nas ciências humanas a antropologia que agrega ao seu campo de conhecimento a cultura. Assim, Chauí (2009, p.24) em sua análise mais abrangente sobre o termo afirma que “[...] a cultura passa a ser compreendida como o campo em que os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem práticas e valores”. Para Canclini (1983.p.43), “[...] a cultura é representação, produção, reprodução e reelaboração simbólica”. Desse modo, deve-se considerar a cultura como prática social e que não deve ser considerada homogênea em sua formação, por se tratar de elementos diferenciados por valores e signos, além do exercício de poder de indivíduos sobre outros e que se diferenciam devido à divisão de classes e da diversidade de interesses de grupo e de movimentos sociais (CHAUÍ, 2009).

Vale salientar que devido a cultura possuir diferentes formas de representação para a formulação de políticas mais igualitárias, a Conferência Geral da UNESCO elaborou, em 2002, a “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural” que em sua composição considera a abrangência antropológica do termo

cultura que abrange as diferentes crenças, costumes e modos de fazer da cultura que engloba “identidade, diversidade, criatividade, expressões tradicionalmente presentes nos discursos artísticos” (LEITÃO, 2009, p.32-33).

2.2- O Brasil e as políticas públicas de cultura:

Historicamente no Brasil existe, nos grupos culturais, uma busca permanente por uma base de política pública que valorize e invista na cultura local/regional/nacional, rompendo com a visão elitista, centralizadora e discriminatória de cultura, assumida pelos governos brasileiros, que tendem a privilegiar um “erudito importado”, em detrimento do reconhecimento da importância da cultura multifacetada existente no país. Nesse sentido, é longa a luta pela democratização dos bens culturais, assim como por políticas públicas de cultura nos mais diversos contextos do Brasil. Durante o longo do processo de restauração da democracia brasileira, os movimentos sociais tiveram importância significativa (décadas de 70, 80 e 90 do século XX), onde experiências de cidadania ressurgiram durante a ditadura militar e reações populares em prol da redemocratização da política brasileira. Sobre esta questão Gohn (2013, p.7) considera que:

[...] o tempo passou, surgiram novos campos temáticos de luta que geraram novas identidades aos próprios movimentos sociais, tais como nas áreas do meio ambiente, direitos humanos, gênero, questões étnico-raciais, religiosas e movimentos culturais.

Os sujeitos sociais que compuseram os movimentos sociais pela redemocratização do país formaram associações e conselhos, na década de 90, os quais caracterizam articulações institucionalizadas que representaram a legitimidade de movimentos culturais, “cujo repertório de ações coletivas que os movimentos constroem demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais específicos” (GOHN, 2013, p.8).

Sobre a trajetória histórica das políticas públicas de cultura no Brasil, Rubim (2012, p.33) discorre sobre alguns avanços institucionais entre os anos de 1945 e 1964, alertando que “[...] apenas intervenções pontuais marcam o período democrático”. O autor ressalta que neste período destaca-se em 1953, a instalação do Ministério da Educação e Cultura e a atuação dos Centros Populares de Cultura

(CPC), da União Nacional dos Estudantes com sede no estado do Rio de Janeiro, os quais seriam fechados em 1964. Em Pernambuco, o Movimento de Cultura Popular que se expandiu para outros estados refletiu a participação social na construção de políticas públicas de cultura, durante o governo municipal de Miguel Arraes (1960-1962), que possuía como aliado o educador Paulo Freire, que conjugava educação e cultura em suas práticas políticas e pedagógicas, por meio do Movimento de Cultura Popular (MCP). Com o golpe Militar, em 1964, o MCP foi perseguido e desativado (RUBIM, 2012).

Entre 1968 e 1985, as políticas culturais no Brasil passaram por fases críticas que correspondiam ao processo de censura e violência, transição e de reabertura política do Brasil. As iniciativas que buscavam promover ações políticas em prol da cultura resistiam ao autoritarismo do regime militar. Em 1973, com a proposta do Plano de Ação Cultural que acompanhou a criação da Fundação Nacional das Artes-FUNARTE, as políticas públicas de cultura recebem, em 1975 o primeiro Plano Nacional de Cultura, onde surgem instituições culturais por todo o país. Entretanto, Rubim (2012, p.36) explica que:

[...] muitas das entidades culturais criadas têm forte instabilidade institucional derivada de um complexo conjunto de fatores: fragilidade, ausência de políticas permanentes e descontinuidades administrativas; desleixo, agressões de situações autoritárias.

Pode-se perceber que as políticas públicas de cultura acompanharam neste contexto histórico, um Estado ausente para a escuta, formulação e execução de instrumentos que promovessem a participação social dos setores artísticos e culturais. Como exemplo, cita-se a instabilidade da existência e efetivação constante de políticas advindas do Ministério da Cultura (MINC), que entre os anos de 1985 (ano de sua criação) e 2016 reflete a inconstância da pauta cultural no Estado Brasileiro.

3 - Do Sistema Nacional de Cultura ao Sistema Municipal de Cultura de Goiana:

A Constituição Federal Brasileira de 1988 é considerada a partir de sua promulgação como “cidadã”. Isto porque, de acordo com Cunha Filho (2010) metaforicamente se prevê que esta Lei Superior a ser exercida possibilite a prática

democrática com legitimidade e equidade de direitos e deveres. O autor cita que no [...] “o caso do Brasil é *sui generis*, porque é uma federação de quase seis mil entes autônomos: mais de 5.500 municípios, 26 estados, o Distrito Federal e a própria União” (CUNHA FILHO, 2010, p.21). É a Carta Magna que disponibiliza poder conforme rege o seu conteúdo que prevê como instrumento jurídico a distribuição de competências que se estendem às ações de saúde, de educação, de proteção ao meio ambiente e também à cultura. Sobre a inserção da pauta cultural nas agendas das políticas públicas dos municípios brasileiros, encontra-se, de acordo com Cunha Filho (2010), dispositivos constitucionais elencados nos artigos: 5º, 23, 24, 210, 215 e 216. Acerca dos deveres constitucionais dos municípios quanto à cultura, os instrumentos de políticas públicas que garantem a legislação e execução de normas relativas à área, vinculam a estes, instrumentos formulados pelas gestões municipais.

Sobre este aspecto, Cunha Filho (2010, p.45) alerta que:

O texto constitucional chega a indicar alguns modos de como deve ser feita a proteção: no plano das ações ostensivas, impedindo a ‘evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural’ (Art. 23, IV, CF/88) [...] No plano da formação da consciência coletiva sobre o assunto, fixando ‘conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais’ (Art. 210, CF/88).

Ou seja, compete a cada município brasileiro proteger “os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos” (BRASIL, 1988). E ainda a CF/1988 esclarece que “as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Art. 215, § 1º, CF/88). Sobre a presença da cultura na Constituição Brasileira, o Ministério da Cultura, ao discorrer sobre o Sistema Nacional de Cultura, informa que:

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece que para promover e proteger a cultura deve haver colaboração entre o poder público e a comunidade. A constituição adota duas definições do termo cultura, que ora se aplica aos modos de criar, fazer e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, ora se refere às atividades intelectuais e artísticas. (BRASIL, 2011, p.19)

No governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), assumiu o Ministério da Cultura o cantor e compositor Gilberto Gil, e na sua gestão, continuada pelo Ministro Juca Ferreira (2008-2011/2015-2016), houve uma imersão da comunidade cultural nos processos decisórios e maior participação na formulação de ações, planos e, principalmente, no estabelecimento de canais de participação e de diálogo entre os agentes culturais e o Estado. Nesse sentido, foi proposta pela gestão do Ministério da Cultura uma base teórica, que organiza a compreensão de cultura em eixos temáticos, que se baseiam na denominada tridimensionalidade da cultura, a qual discute sobre as dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

A formulação do Plano Nacional de Cultura (MINC - 2010) e do Plano Nacional de Economia Criativa (2011) se baseia nesta noção de tridimensionalidade da cultura, que serve também de base para a elaboração de documentos oficiais, publicações e diretrizes para a proposição de políticas públicas de cultura elencadas pelo Sistema Nacional de Cultura no período compreendido entre 2003 e 2014. E na construção desse processo de abertura para a democratização das políticas públicas de cultura, ocorreu uma intensa promoção de debates com a sociedade civil durante a atuação de Gilberto Gil como Ministro da Cultura (2003-2008). Desta forma, a participação social dos agentes culturais de todo o país, culminou com a realização da I Conferência Nacional de Cultura, no decorrer do segundo semestre de 2005, organizada pela Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, reunindo cerca de 60 (sessenta) mil pessoas.

A criação de uma Política Nacional de Cultura, como modelo de gestão compartilhada, define o Sistema Nacional de Cultura (SNC), que agrega, a partir do conceito de sistema, a aproximação entre a sociedade civil e os entes federativos da República Brasileira – União, estados, municípios e Distrito Federal e seus respectivos Sistemas de Cultura. A adesão ao SNC pelos municípios brasileiros, através da implantação de conselhos de cultura, Côrtes (2010, p.51) comenta que “existem conselhos municipais de política cultural em 24,6% dos municípios do país (1.372 em 5.565), conselhos estaduais em 26 estados e um Conselho Nacional de Cultura [...]”.

Pode-se, então, inferir, que a descentralização das políticas culturais apresentou desde a sua implantação (2003-2016), uma adesão constante, embora ainda reduzida, dos municípios brasileiros ao Sistema Nacional de Cultura.

Compreende-se, que o deslocamento geográfico e de recursos operacionais de ações de políticas públicas do eixo Sul/Sudeste possibilitou que as atividades do MINC (2003-2015) proporcionassem uma maior abertura e acesso à participação social de povos tradicionais (quilombolas, povos das águas, ribeirinhos e indígenas) de outras regiões ainda não alcançadas por outras gestões. Estes sujeitos, em sua pluralidade cultural, também não se encontravam nas diretrizes das políticas de promoção à cultura, ainda que o exercício de seus direitos culturais estivesse previsto na CF/1988. Outro aspecto relevante, ao se tratar do contexto histórico da proposição e da implantação do Sistema Nacional de Cultura, se refere à discussão sobre o conceito de cultura amplamente discutido em instâncias de diálogos promovidos na gestão e que abrangeu a denominada noção antropológica:

[...] que permite que o ministério deixe de estar circunscrito à cultura erudita e abra suas fronteiras para outras culturas: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientações sexuais diversas; das periferias; das mídias audiovisuais; das redes informáticas etc. (RUBIM, 2012, p.40).

A criação do SNC busca garantir a participação da sociedade na construção de processos democráticos na gestão pública de cultura, contribuindo na operacionalidade com recursos financeiros e humanos (BRASIL, 2011). E essa garantia de permanência de políticas públicas de cultura gerou, no período citado acima, um esforço institucional no âmbito federal para que marcos legais sejam aprovados. Conforme, Rubim (2012, p.41):

A aprovação pelo Congresso Nacional (Emenda Constitucional nº48/2005) e subsequente elaboração do PNC surge como outro fator favorável à superação da tradição de instabilidade. Enfim, a possibilidade de superação desta triste tradição depende em ampla medida da existência, articulação e sintonia entre SNC e PNC.

Para se alinhar à política pública nacional de cultura, o governo de Pernambuco assinou em 21 de fevereiro de 2014, o acordo de Cooperação Federativa com o Ministério da Cultura, o qual possui por objeto o estabelecimento das condições para orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura, por tempo indeterminado.

Em 22 de dezembro de 2014, é criado o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural pela Lei de nº 15.430/2014. Em 2015, é extinto o Conselho Estadual de Cultura e em seu lugar é criado o Conselho de Política Cultural de Pernambuco (CPCP), através da Lei de nº15.429/2015. Ainda neste período são iniciadas as escolhas dos representantes, sendo eleitos 14 (quatorze) representantes da sociedade civil e do estado. A eleição garantiu o processo paritário elegendo sete representantes da sociedade civil e sete indicados pelo governo estadual, dentre os 210 (duzentos e dez) candidatos habilitados para o processo⁴. A sociedade civil conta com representantes das áreas de arquitetura, antropologia, arqueologia, bibliotecas, expressões culturais de Pernambuco, entre outros. E para legitimar o processo participativo na construção das políticas culturais do estado, a Secretaria de Cultura (SECULT-PE) estabeleceu um grupo de trabalho, em março de 2014, para elaboração do Plano Estadual de Cultura do qual a pesquisadora deste trabalho fez parte até abril de 2015.

Nesse mesmo período foram criados, nos municípios pernambucanos, os Sistemas Municipais de Cultura (SMC) e os Conselhos Municipais de Política Cultural (CMPC). Participavam deste grupo de trabalho: representantes do *trade* turístico local; setores do comércio local; representantes de entidades ligadas aos movimentos sociais locais; coletivos culturais; líderes de diversas denominações religiosas de origem cristã e de matrizes afro-indígenas.

3.1- Conselho Municipal de Política Cultural de Goiana (CMPC)

Os conselhos gestores de cultura, alinhados com o processo de redemocratização nas estruturas de poder, onde a participação social obteve espaços significativos para elencar pautas nas políticas públicas no Brasil, são citados como articuladores da participação popular em pautas diversas.

Uma das expressões mais evidentes desse processo de inovação no campo da participação popular foram os conselhos gestores de políticas públicas. Os conselhos de políticas estão entre as principais inovações institucionais que acompanham e particularizam o processo de redemocratização no Brasil, por isso, em sua dinâmica

⁴ Portal Cultura PE. Disponível em: <www.cultura.pe.gov.br>. Acesso em: 27 de dezembro de 2017.

atual são espelhos pelos quais se podem ler registros das dimensões contraditórias que se revestem nossas experiências democráticas recentes. (TATAGIBA, 2010, p.29).

Entretanto, a construção deste processo tem se dado de maneira verticalizada com a interferência de lideranças de governo na condução dos processos de eleição dos conselheiros, conforme seus interesses próprios ou partidários. Segundo Tatagiba (2010, p.35), “os conselhos, nesse sentido, encarnam as ambiguidades, os desafios e as promessas de uma forma partilhada de políticas públicas”. Desta forma, a formação de conselhos gestores que consideram a pluralidade e que compreendem a natureza democrática e pública de novos arranjos deliberativos, asseguram “a possibilidade de que os representantes da sociedade civil sejam escolhidos em fóruns próprios, e não indicados pelo chefe do executivo” (TATAGIBA, 2010, p 32). De acordo, ainda, com a autora, a competência deliberativa dos conselhos, que possuem por função formular políticas públicas, fiscalizando a sua execução, agrega também ao seu sentido de existência as práticas de democratização no exercício da gestão. Tatagiba (2010, p. 32- 33) ainda comenta que “a competência legal de deliberar sobre as políticas públicas é a principal força dos conselhos enquanto espaços potencialmente capazes de induzir à reforma democrática do Estado”.

Em se tratando do município de Goiana, ocorreram fragilidades durante o processo de eleições dos conselheiros de cultura, que foram realizadas em abril de 2016. Referem-se a este fato as dificuldades enfrentadas pelos ativistas culturais em despertar o interesse e mobilização da sociedade civil e a aderência de setores produtivos à pauta debatida, que se relacionava com a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Goiana.

Os segmentos culturais do CMPC, que representam os agentes culturais goianenses e as respectivas áreas de atuação para o desenvolvimento de ações no Plano Municipal de Cultura, contemplam as seguintes temáticas: artesanato, literatura, música, cultura popular, culturas identitárias e inclusivas, audiovisual, povos tradicionais, cultura afro-brasileira, arte dramática e patrimônio material e imaterial. Os titulares e suplentes que o compõem passaram a enfrentar dificuldades operacionais e políticas para avançar na construção do Plano Municipal de Cultura (PNC), devido à difícil transição da gestão municipal (2016-2017), e da ausência de

diálogo da gestão empossada em janeiro de 2017 com os componentes do CMPC. Ou seja, a ausência de diálogo com a atual gestão municipal tem inviabilizado a continuidade de ações previstas no Plano Municipal de Cultura de Goiana formulado para um decênio 2016 - 2026. O CMPC de Goiana tentou ampliar a sua representatividade frente ao novo contexto político, porém sem avanços significativos. Isto se deve à ausência de reconhecimento pela gestão municipal do processo que foi desenvolvido na gestão municipal anterior.

Em 19 de janeiro de 2015 foi sancionada a Lei municipal N° 2.300/2015, que previu a destinação de 2% do Produto Interno Bruto do município para a realização de práticas culturais, fortalecendo a produção cultural e o desenvolvimento local. O Sistema Municipal de Cultura⁵ do município goianense foi criado pela Lei Municipal de n° 2.300/2015, em 26 de dezembro de 2015. Em 05 de março de 2016, ocorreu a eleição para a composição do Conselho de Política Cultural de Goiana e no mês seguinte foi lançado o Plano Municipal de Cultura de Goiana e o Conselho Municipal de Política Cultural de Goiana (abril de 2016).

Ilustração 2 - Evento que marcou a criação da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Artístico e Cultural do município de Goiana, Lançamento do SMC e posse da Secretária, em abril de 2016. Cine- Teatro Polytheama – Goiana-PE.



Fonte: Acervo pessoal de Ernesto Rodrigues- fotógrafo

⁵ Mais informações sobre a criação do Sistema Municipal de Cultura de Goiana: <http://snc.cultura.gov.br/media/leis_sistema_cultura/LEI_2300_2015_SMC_GOIANA_pSejXbO.>

3.2- Os Coletivos Culturais e o Desenvolvimento Local

Os coletivos culturais analisados com os seus modos próprios de criar, fazer e transmitir a cultura tradicional de matriz africana e indígena, com os seus ritos e expressões particulares, circundam no universo social e político traduzido pela cultura produzida por seus integrantes. Segundo Barbalho (2008, p.14):

(...), a criação, a circulação e a fruição da cultura se dão em qualquer local, pois todo local tem o seu saber, a sua inventividade. Temos então uma política cultural inclusiva e não exclusiva; democrática e não autoritária; geradora e não reprodutora. Por sua vez, promover a invenção é promover a diferença, a diferenciação. O que significa ir contra as linhas de força dominantes do mercado cultural com suas ofertas controladas. Mas, também ir contra os movimentos delimitadores de identidades.

Ou seja, a pluralidade deve ser considerada não para distinguir, mas para integrar as diversidades existentes nas camadas sociais e culturais que tecem o conteúdo e a essência ancestral que necessita de espaço para a escuta no exercício pleno da cidadania em locais específicos, democráticos, de participação social, mais especificamente no CMPC de Goiana. Estes grupos ou coletivos culturais surgem como movimentos endógenos de resistência aos modelos de desenvolvimento econômico que não incluem as suas ações, diversidades e diferenças. Cabe salientar que Kronemberger (2011, p.18) comenta sobre a importância de se analisar os modelos de desenvolvimento discutidos, considerando as dimensões e seus possíveis desdobramentos a partir da construção que o discurso os envolve:

Ao trabalhar com essa temática, é importante, pois esclarecer o tipo de desenvolvimento ao qual nos referimos e quais são as suas dimensões, para que os discursos não caiam no senso comum, sem um significado claro, permitindo diversas interpretações, e sem uma aplicação prática efetiva. (KRONEMBERGER, 2011, p.18).

Ao tratar dos coletivos culturais do município de Goiana, percebeu-se que a identidade cultural local e sua diversidade permeiam as reflexões advindas dos integrantes, a fim de melhor compreender a condução dos processos legitimadores de políticas públicas como práticas democráticas de inclusão que instrumentalizam a participação social. E na participação cidadã dos coletivos culturais é que pode

ocorrer o reconhecimento advindo das instâncias de poder estabelecidas nos processos de formulação e de execução de políticas, onde as lideranças podem contribuir com as instituições públicas, considerando as especificidades que compõem a comunidade cultural local, encontrada em sua diversidade de expressões e formas de saberes e modos de fazer. Assim, neste processo em construção, as identidades diversas podem ser conquistadas ou perdidas, ocasionando a negociação de posicionamentos, valores e status sociais nas relações sociais, econômicas e políticas nas cidades e no campo.

Os coletivos culturais podem submeter propostas ou projetos aos editais públicos e privados específicos para a área cultural, ou que dialoguem com temáticas como educação, meio ambiente, políticas afirmativas, economia criativa, entre outras. A espetacularização destes grupos promovida pela mídia hegemônica limita-os apenas à visibilidade como atrações turísticas pontuais em eventos massivos ou limitados aos grandes aeroportos e na rede hoteleira, ou aos ciclos natalino, carnavalesco e junino. De acordo com Carvalho, Holanda e Lira, (2013, p.47 *apud* MINC, 2004, p.8-9): “as políticas passam a orientar-se por três dimensões articuladas: ‘a cultura como usina de símbolos, cultura como direito e cidadania, cultura como economia’”.

Destacadamente, no município pernambucano de Goiana, os coletivos culturais organizados, conseguiram compor um grupo de trabalho denominado Câmara Setorial de Economia Criativa, em 2013, que era composto por membros de diversos segmentos culturais e criativos de Goiana. Este grupo de trabalho se reunia mensalmente para discutir as atividades consideradas criativas visando ao aumento de renda para os envolvidos, através de estratégias de formação, divulgação e distribuição de trabalhos coletivos e à ampliação de ações que desenvolvessem o município, considerando sua identidade, memória e potencialidades locais.

CAPÍTULO II – PERCURSO METODOLÓGICO

Ilustração 3 - Representação iconográfica das tribos e caboclinhos de Goiana



FONTE: Iconografia de Goiana-SEBRAE-2016

Passa e fica (pacífica)

**Muitas pessoas passam
Poucas ficam
Outras pacificam**

SANDRO GONZAGA

CAPÍTULO II – PERCURSO METODOLÓGICO

Para desenvolvimento da pesquisa foi realizado o processo metodológico descrito a seguir:

1- Natureza da Pesquisa:

A natureza da pesquisa desenvolvida é qualitativa, visto que a quantificação de dados não se torna suficiente para a investigação que envolve as variáveis de naturezas diversas, sendo que estas últimas estão inseridas em fatos sociais dinâmicos e em constante diálogo com a história dos sujeitos e dos coletivos culturais. De acordo com Bauer e Gaskell (2004, p. 24):

A mensuração dos fatos sociais depende da categorização do mundo social. As atividades sociais devem ser distinguidas antes que qualquer frequência ou percentual possa ser atribuído a qualquer distinção. É necessário ter uma noção das distinções qualitativas entre categorias sociais, antes que se possa medir quantas pessoas pertencem a uma ou outra categoria.

Nesse sentido, o universo estudado é por si só diversificado e propõe ao caminho investigativo a metodologia qualitativa, que se configura por sua constante movimentação social nos espaços públicos e na história local e global, requerendo “[...] uma visão holística do processo de pesquisa social, para que ele (a) pesquisador (a) possa incluir a definição e a revisão de um problema, sua teorização, coleta de dados e análise dos dados e a apresentação de resultados” (BAUER e GASKELL, p. 26, 2004).

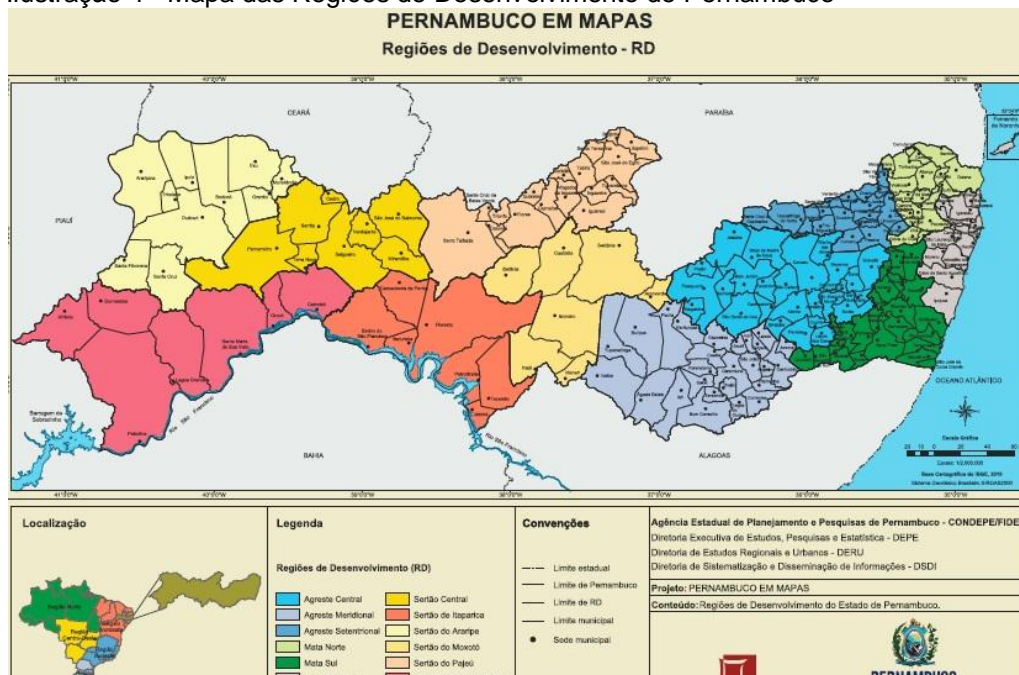
A busca nos coletivos culturais de Goiana, em específico o *lapôl Cineclube*, o *Centro Cultural Bodega da Já* e o *Silêncio Interrompido*, pela organização e forma como se movimentam no espaço social, e político; pelos discursos, e pela sua história, reforça a natureza qualitativa da pesquisa.

2 - O universo pesquisado:

O universo pesquisado são os coletivos culturais presentes em diversos espaços sociais, dentre eles o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), de Goiana. Este município está localizado no litoral norte do estado de Pernambuco,

distante 62 km da sua capital, a cidade de Recife, situado na Região de Desenvolvimento (RD) da Mata Norte pernambucana.⁶

Ilustração 4 - Mapa das Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco



FONTE: Agência CONDEPE/FIDEM, 2011.

Ilustração 5 - Mapa da Região da Mata Norte de Pernambuco



FONTE: Agência CONDEPE/FIDEM, 2011.

⁶ Em 18/12/2017, Goiana se torna a 15ª cidade da Região Metropolitana do Recife, cuja proposta foi aprovada em primeira votação na Assembleia Legislativa de Pernambuco – ALEPE. A solicitação foi realizada pelo prefeito em exercício do ex-município da Mata Norte, através do ofício 194/2017. Fonte: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2017/12/18/alepe-aprova-ingresso-de-goiana-na-regiao-metropolitana-do-recife-320552.php>>.

Dezenove municípios compõem a RD da Mata Norte Pernambucana. Em suas características geográficas predominam a Planície costeira, os Tabuleiros costeiros e as Colinas da Zona da Mata. Os rios Goiana e Capibaribe compõem as Áreas de Proteção Ambiental (APA), existindo também uma Reserva particular de Patrimônio. A RD da Mata Norte possui Goiana, Carpina e Timbaúba como cidades polo. Estes municípios agregam a maioria dos equipamentos funcionais e oferta de serviços. Possui como rodovia federal a BR 101 que liga a Mata Norte à capital, Recife (CONDEPE/FIDEM, 2011),

A Mata Norte une o estado de Pernambuco ao estado da Paraíba através da BR 408 que se inicia pela BR 232, atravessando os municípios de Carpina e Timbaúba. Destaca-se no texto da publicação do CONDEPE-FIDEM (2011) a diversidade patrimonial da região que reúne em seu acervo material, natural e paisagístico: sítios históricos e monumentos tombados nacionalmente, reservas ambientais e étnicas, além das manifestações e festas populares, relacionadas aos ciclos carnavalesco, junino e religioso.

Estão localizadas na Região da Mata Norte de Pernambuco importantes edificações herdadas do ciclo açucareiro pernambucano que são os antigos engenhos, capelas, igrejas, casario e moitas. Vale ressaltar os inúmeros grupos de maracatu rural, caboclinhos, bois e tribos indígenas (estas mais encontradas no município de Goiana). Destacam-se na economia os municípios de Goiana, Carpina, Timbaúba, Paudalho e Nazaré da Mata (CONDEPE-FIDEM, 2011).

Ilustração 6 - Mapa da Diversidade Cultural da Mata Norte de Pernambuco



FONTE: Agência CONDEPE/FIDEM, 2011.

Ilustração 7- Legendas do Mapa Diversidade Cultural da Mata Norte de Pernambuco



FONTE: Agência CONDEPE/FIDEM, 2011.

Em sua origem o município de Goiana foi habitado por índios Tabajaras e Caetés, que influenciam até os dias de hoje as manifestações culturais do município, que foi colonizado em 1534. Fonseca (2013, p. 132-133) descreve a origem da palavra Goiana:

O topônimo do município, sujeito a controvérsias, apareceu pela primeira vez nos catálogos da Companhia de Jesus, em 1592, com o nome de aldeia de “Gueena”, traduzido depois do Frei Vicente do Salvador, em sua História do Brasil, de 1627, como porto ou ancoradouro do vale. Melo (1931) entende vir de guayanna, c.guá-yã, porto ou ancoradouro, aventando outras interpretações, como: guá-ana, planta anileira; iguá-anama, semelhante ao que existe n’água, charco; guaianna, flor da cana. [...] Existem ainda versões dizendo significar “gente estimada”, “parente”.

A cidade goianense possui a segunda maior população entre os 19 municípios que fazem parte da Mata Norte de Pernambuco com sua unidade territorial de 445. 810 km², De acordo com dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE⁷ (2015) e a população do município de Goiana, no último censo (2010), era de 75.644 pessoas e a população estimada para 2017 é de 79.249 habitantes, os quais são chamados de goianenses. O centro histórico do município foi declarado como Patrimônio Histórico Nacional, em 1938. No ano de 2007, foi classificado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como um centro de zona "A", por sua influência econômica sobre os municípios do

⁷ Fonte: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/goiana/panorama>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

seu entorno. Goiana possui o ponto continental pernambucano mais oriental, conhecido como a Ponta do Funil, geograficamente classificada como cabo, e que fica localizada no distrito litorâneo de Pontas de Pedras. Torna-se importante evidenciar a divisão do município em três distritos: Sede, Pontas de Pedras e Tejucupapo.

O município de Goiana também é conhecido, dentre outras características, por sua riqueza cultural, entretanto, um veloz processo de industrialização teve início nos primeiros anos do século XX, a partir de negociações institucionais que objetivaram formar o “Polo Goiano”. A formação desta aglomeração industrial envolve a instalação de polos industriais a exemplo da FIAT, HEMOBRÁS, VIVIX, CBVP, entre outras. Houve deste modo, um considerável aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de Goiana, estimado em 789 milhões de reais segundo informações do IBGE/2011, tornando-se o quinto maior PIB do estado de Pernambuco.

3- Meios e Instrumentos da Pesquisa:

A apreensão das informações que responderam aos objetivos da pesquisa se efetivou por meio da entrevista semiestruturada e da análise documental. A entrevista semiestruturada, segundo Minayo (2008, pp. 262-263), “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. Assim, a entrevista semiestruturada possibilita a apreensão da produção de sentido e da linguagem, expressos pelos discursos dos entrevistados. Sobre a entrevista, Minayo (1999, p. 57) explica que:

Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta de fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo localizada.

Sendo assim, a compreensão da realidade vivenciada pelos sujeitos-objetos, possibilitada pela entrevista semiestruturada, permite ao pesquisador o acesso aos dados qualitativos, que irá compor a pesquisa. Bauer e Gaskell (2004. p.65) afirma

que na composição de elementos do universo pesquisado “[...] assume-se que estas construções constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial”.

As entrevistas semiestruturadas, conduzidas por roteiros (Apêndice 2), foram realizadas com os representantes de coletivos culturais, lideranças culturais, representantes do Conselho Municipal de Política Cultural e ex-gestores da Secretaria Municipal de Cultura, que atuaram no processo de construção de políticas públicas de cultura.

A análise documental foi desenvolvida a partir da leitura de relatórios, atas, documentos legais e materiais de divulgação sobre as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Artístico Cultural de Goiana e documentos relacionados aos três coletivos culturais que foram analisados. Foram considerados, conforme os autores Laville e Dionne (1999), o formato dos documentos, que podem ser visuais, sonoros e escritos e que se tornam importantes, tendo em vista que “os dados estão lá, resta fazer sua triagem, criticá-los, isto é, julgar sua qualidade em função das necessidades da pesquisa” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 166).

4- Sujeitos pesquisados:

Os sujeitos pesquisados foram os participantes de coletivos culturais e componentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Goiana (CMPC). Ao todo, nove sujeitos foram entrevistados. A amostra reuniu, dos nove entrevistados, três sujeitos que participam de coletivos culturais, mas que fizeram parte da equipe da gestão municipal de cultura, entre os anos de 2013 e 2016. Deste grupo, sete entrevistados ainda são membros efetivos do CMPC. Um dos sujeitos é o atual presidente do CMPC. Os sujeitos pesquisados pertencem aos coletivos: *Espaço Cultural Bodega da Yá*, *Silêncio Interrompido* e *Iapôí Cineclube*, que realizam práticas culturais onde exaltam a diversidade cultural que agrega o patrimônio material e imaterial do município de Goiana.

Para identificação dos sujeitos pesquisados foram definidas as seguintes categorias: Integrante de Coletivos Culturais (IC), Gestores Municipais de Cultura (GM) e Conselheiros do CMPC de Goiana (CC). É possível perceber na tabela1, que um mesmo sujeito pode pertencer a mais de uma categoria.

Tabela 1 - Identificação dos sujeitos entrevistados conforme atuação política e cultural.

Entrevistados (as) –	Integrantes de Coletivos Culturais (IC)	Gestores Municipais de Cultura (GM)	Conselheiros do CMPC de Goiana (CC)	Código de identificação Correspondente	Gênero	Idade	Escolaridade F* S**
Entrevistada -1	X		X	IC-CC-1	F	25	F
Entrevistada -2	X		X	IC-CC2	F	47	F
Entrevistada -3	X			IC-3	F	34	S
Entrevistado-4		X	X	GM-CC-4 ⁸	M	46	S
Entrevistado-5	X	X	X	IC-GM-CC-5	M	29	S
Entrevistado-6	X	X	X	IC-GM-CC-6	M	35	S
Entrevistado-7	X		X	IC-CC-7	M	35	S
Entrevistado-8			X	CC-8	M	33	S
Entrevistado-9	X		X	IC-CC-9	M	39	S

Fonte: elaboração da autora. * Ensino Fundamental **Ensino Superior

A escolha dos três coletivos culturais goianenses se justificou pela significativa representatividade destes em ações planejadas por seus participantes, que dialogam em rede sobre suas demandas sociais e culturais, além dos expressivos levantamentos de recursos financeiros anuais garantidos por meio de editais da área de cultura (ainda em curso) e economia criativa (entre 2013 e 2016), principalmente pelos governos federal e estadual. Os participantes destes coletivos contribuíram de forma organizada na efetivação, em conjunto com outros setores culturais, da criação da Câmara Setorial de Economia Criativa em parceria com a Agência de Desenvolvimento Econômico de Goiana – AD- Goiana, em 2013, para a adesão do município de Goiana ao Sistema Nacional de Cultura, para a criação da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Artístico Cultural e para a realização de eleições diretas para o Conselho de Política Cultural de Goiana, em 2016.

4.1 – Silêncio Interrompido (SI):

O coletivo intitulado *Movimento Silêncio Interrompido* (SI) surge em junho de 2006 e busca desenvolver e reconhecer as habilidades das pessoas, a partir da sua liberdade de expressão, impulsionando as linguagens artísticas como: música, artes cênicas e artes visuais, etc., além da literatura (sua vertente principal) para a

⁸ O sujeito GM-CC-4, no período de 2013 a 2016 foi conselheiro do CMPC e gestor de cultura. No período de desenvolvimento da pesquisa ele contribuiu a partir das experiências acumuladas.

realização de intervenções no espaço público da cidade com ações que envolvem criação de painéis, colagens e performances com atores e poetas. No ano de 2012, o citado coletivo, formado por jovens escritores goianos, promoveu o lançamento do *site* com informações, livros e fanzines disponibilizados virtualmente e do livro *Silêncio Interrompido – Goiana Revisitada*⁹. O coletivo SI não se limita apenas ao município de Goiana, pois o mesmo realiza ações culturais em outros municípios da Mata Norte de Pernambuco como: Condado, Itambé, Nazaré da Mata e Tracunhaém. Os participantes do coletivo SI refletem, por meio de seus escritos e de sua produção poética, sobre temáticas diversas, sendo um dos assuntos em destaque, o processo de industrialização do município com a instalação de empreendimentos econômicos e seus impactos para o desenvolvimento local do município.

4.2- O Espaço Cultural Bodega da Yá:

O Espaço Cultural *Bodega da Yá* (Ilê Axé Oyá Oníra) está instalado na comunidade de Portelinha há 15 anos, onde hoje é conhecida como bairro de Nova Goiana. Liderado pela Yalorixá (mãe de santo) e pela Dona Nininha. Desde 1981, a conhecida Mãe Nininha homenageava o seu mestre espiritual Zé Filintra, preservando até os dias de hoje a tradição que foi incluída no calendário cultural da cidade, ocorrendo mensalmente no último sábado. Para esta líder, a justificativa de denominar o espaço como “Bodega” se dá pela proposta de agregar os participantes no espaço compartilhado, no qual a coletividade endossa a dinâmica cultural da troca, da formação de vínculos comunitários e da formação de novos realizadores de cultura.

Sobre a localidade de Portelinha, Lima (2017, p. 6), informa que:

Grande parte da população dessa localidade da periferia de Goiana tem acesso a bens culturais graças às ações que são desenvolvidas no Espaço Cultural Bodega da Yá (Terreiro Ilê Axé Oyá Oníra). A Portelinha é uma das regiões de menor índice de IDH de Goiana, sendo a grande maioria dos habitantes, famílias de trabalhadores rurais, com alto índice de analfabetismo e desistência escolar, com alta vulnerabilidade destes à violência urbana e envolvimento com a

⁹ Projeto financiado pelo Fundo de Cultura de Pernambuco - FUNCULTURA.

criminalidade, além do trabalho infantil que é muito comum nesta localidade.

4.3- Iapôí Cineclube:

O coletivo cultural *Iapôí cineclube*, existe desde abril de 2009, possuindo como linguagem cultural principal o audiovisual e suas interações com outras linguagens artísticas, valorizando espaços de debates sobre os assuntos dos filmes selecionados para as exibições de sessões ocorridas quinzenalmente no centro do município de Goiana, ou em outros espaços parceiros de outros coletivos culturais. A partir de agosto de 2011, o coletivo IAPÔÍ Cineclube, com ações de cineclubismo, passou a realizar sessões mensais na periferia goianense, no bairro conhecido por Nova Goiana, onde se concentra o maior número de grupos considerados de cultura popular da cidade e que produzem essa cultura com o modo de fazer específicos de grupos de caboclinhos, maracatus rurais, burrinhas, cocos de roda, congadas, bois, entre outras manifestações da cultura popular, conforme o sujeito entrevistado

A parceria para a exibição de sessões seguidas por debates com temáticas diversas ocorre no Espaço Cultural da Bodega da Yá. É neste espaço que também ocorre mensalmente apresentações de cultura popular como o coco de roda organizado pela líder e pelos participantes do terreiro. O espaço também é visitado por pessoas de outras regiões. Com o Coletivo Cultural Bodega da Yá, o IAPÔÍ Cineclube desenvolveu em parceria, o projeto incentivado pelo FUNCULTURA, denominado “Dentro e fora das telas” (2013-2016). A justificativa do projeto se baseou na valorização e reconhecimento das identidades culturais e o respeito à diversidade cultural, cujos elaboradores enfatizaram que a realização do projeto apresenta alinhamento ideológico e político com os eixos do Plano de Política Pública da FUNDARPE.

5 - Metodologia de Análise:

Como metodologia de análise das informações acessadas, foi utilizada a Análise de Discurso (AD) sob o aporte teórico de Foucault (1996) e Orlandi (2005). De acordo com Foucault (2005), a transformação da realidade de qualquer grupo social, através do exercício da linguagem como produtora de sentidos, depende da

permanência, da continuidade e do deslocamento de seus discursos (interdiscursos ou intradiscursos) no contexto social.

E dessa forma, a Análise de Discurso (AD) favoreceu a compreensão desse processo composto por argumentações sobre as decisões, que precisam ser tomadas frente ao processo de politização cultural, em prol do desenvolvimento local e da participação social dos sujeitos envolvidos.

Desse modo, tornou-se relevante analisar a formação discursiva destes sujeitos sociais, a partir das situações ou contextos (instrumentos, espaços sociais, códigos de linguagens e estímulos) e da memória para a produção de sentido dos discursos, compreendendo o período estudado de 2013 a 2016. Considera-se, portanto, que a relação construída sobre as narrativas dos sujeitos pesquisados partiu de referências simbólicas e sociais que originaram o processo da cidadania compartilhada, através de práticas democráticas, de pertencimento e de reconhecimento da diversidade cultural no universo coletivizado do município goianense.

CAPÍTULO III- OS DISCURSOS DOS COLETIVOS CULTURAIS GOIANENSES

Ilustração 8 - Logomarcas dos coletivos culturais e símbolos das manifestações culturais e do patrimônio do município de Goiana



Fontes: Iconografia de Goiana-SEBRAE-2016 e
Site <http://silencio-interrompido.blogspot.com.br/2011/09/>

Goiana Revisitada I

Goiana
octo calvários que não santificam
em pedra
o cruzeiro não passa de símbolo de terror e morte
podem os evangélicos invadir as ruas
podem os tambores acordar a madrugada
água benta para expulsar mau santo
e mesmo assim
gritos das prisões permanecem sendo ouvidos
as engrenagens a vapor amaldiçoando homens do
campo a urbe
praça do enforcado
beco da merda, foice, assalto
rua do arame, dos martírios, matadouro
pelas três bocas, a cidade grita
finas lâminas nessas esquinas com suspeitas intenções.

PHILIPPE WOLLNEY

CAPÍTULO III- OS DISCURSOS DOS COLETIVOS CULTURAIS GOIANENSES

Os depoimentos dos sujeitos pertencentes aos coletivos culturais, obtidos por meio das entrevistas, correspondem àqueles que participaram ou participam da gestão cultural do município e que ainda são conselheiros do CPMC.

O exame das informações coletadas foi orientado pela Análise de Discurso (AD) sob as abordagens de Foucault (1996) e Orlandi (2005). Considerando-se que os discursos são elaborados por grupos diferenciados, com características próprias, os sujeitos dos CC convergem ao interesse comum pela historicidade que conduz o contexto. Entretanto, existe a institucionalidade do discurso que domina e censura pela hegemonia o exercício da linguagem como pensamento e ação do sujeito histórico. Assim, os procedimentos externos e internos de controle e de delimitação do discurso (Foucault, 1996) que atrelam às falas dinâmicas de abordagens que se formam pela ideologia dominante ou de resistência, se tornam referência pelo interdiscurso que amplia no caso desta pesquisa o universo estudado, considerando a trajetória do que já foi posto anteriormente. Ou seja, o que já se tornou memória. Foucault (1996, p.21) explica que:

[...] Procedimentos internos, visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se tratasse, desta vez de submeter outra dimensão de discurso: a do acontecimento e do acaso.

Assim, as condições de produção do interdiscurso interferem na produção de sentidos, nas relações de força e na formação discursiva dos coletivos culturais, formando variáveis discursivas para a prática da cidadania. As entrevistas analisadas nesta sessão revelaram que o sujeito e sua forma histórica se movimentam, se deslocam e rompem com sentidos ao longo de sua existência. Orlandi (2005, p.10) sobre deslocamento de sentidos e a movimentação do sujeito histórico nos informa que:

Movimento dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é discurso, isto é o ritual da palavra. Mesmo o das que não se dizem.

A compreensão do discurso dito e não dito dos integrantes dos CC, produziu sentidos para a pesquisa realizada com a finalidade de interpretar os movimentos que traduzem o contexto, mas que informam o que antes estava estabelecido. Ou seja, os sentidos que compõem a historicidade que forma o interdiscurso que é horizontal oferecem intervenções ou interdições que são realizadas pelos sujeitos da pesquisa que constroem o intradiscurso que perpassa verticalmente pelo interdiscurso elaborado e institucionalizado pela ideologia hegemônica que por sua vez pode manipular práticas de censura “que os sujeitos e os sentidos se estabelecem, de outro, eles se estabilizam, se cristalizam, permanecem”. (ORLANDI, 2005, p.10).

Desta forma, o silêncio local e institucionalizado se apresentou ao decorrer do desenvolvimento da escuta realizada que possibilitou leituras sobre as interdições e exclusões que ocorreram durante as ações dos CC e do CMPC rumo à participação social para a formulação de políticas públicas que são locutoras de um repertório institucionalizado e que buscam intercambiar com os receptores as negociações que deslocam sentidos no intradiscurso dos integrantes dos CC. Entretanto, constatou-se que os receptores mencionados também são formuladores de discursos e de conteúdos que se movimentam para o lugar de locutores de suas demandas sociais e culturais se utilizando da linguagem e da ideologia, considerando que “o discurso é efeito de sentidos entre locutores”. (ORLANDI, 2005, p. 10).

A investigação permitiu perceber, a partir dos discursos, que existe nas práticas coletivas dos grupos pesquisados, a busca pelo poder nas ações que visam à participação social dos coletivos culturais, a partir da instrumentalização de políticas públicas de cultura. Essas ações se tornaram referência no período de 2013 a 2016. A pesquisa revelou os contextos conflituosos e as conquistas de direitos sociais por meio das políticas públicas de cultura, discutidas em espaços adversos ao sistema convencional de institucionalização da política, visando à valorização do patrimônio material e imaterial do município de Goiana e o desenvolvimento local. Sobre esse espaço de luta e o significado do poder na elaboração de argumentos pelos grupos hegemônicos ou pelos grupos submissos ao contexto vigente, faz-se importante o alerta de Foucault (1996, p.10) ao afirmar que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de

dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

1- As ações culturais como práticas políticas

As contribuições dos sujeitos integrantes de coletivos culturais na construção de políticas públicas de cultura, por meio de ações culturais, possuem estreita relação com as propostas de atividades previstas pelos coletivos culturais *Iapôí cineclube*, a *Bodega da Yá* e o *Silêncio Interrompido*. Os coletivos culturais se narram através de seus ritos, projetos e práticas sociais e culturais que compartilham saberes e fazeres. A linguagem incorporada pelo intradiscurso dos sujeitos se transforma em dança, reza, música, fotografia, filmes e poesias que se traduzem “nas coisas ditas uma vez que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza”. (FOUCAULT, 1996, p.22)

A partir do significado da palavra coletivo, foi verificado que este perpassa as ações culturais destes grupos há 25 anos, como descreve o sujeito (GM-CC-4), que no período pesquisado integrou a gestão municipal e o CMPC:

Coletivo cultural, para mim, parte primeiro de uma compreensão de pessoas que se identificam com o que eu posso chamar de necessidades coletivas. Que está geralmente ligada à falta de acesso às questões públicas, de bens públicos, como poder exercer sua cultura, poder exercer seus cânticos, poder exercer suas expressões.

Ainda sobre o significado de coletivos culturais, outros entrevistados esclarecem:

[...] Coletivo cultural é uma articulação feita a partir de pessoas com interesses, objetivos de avançar nas políticas públicas culturais. (IC-GM-CC-6).

[...] Coletivo cultural, para mim é essa união dos fazedores de cultura, da minha cidade, que se reúnem em prol das comunidades. (IC-CC2).

Sobre o que abrange os coletivos e do seu envolvimento com as propostas de políticas públicas de cultura para o município, o entrevistado (GM-CC-4) informa:

Quando houve a primeira conferência de cultura e a primeira conferência latino-americana de cultura, da qual eu participei, [...], sai de lá como delegado. Sim, também faço parte das APLs (*se referindo aos Arranjos Produtivos Locais*), que é um grupo da APL de todo o país que trata de economia criativa em específico.

Vale ressaltar que o entrevistado (GM-CC-4), é um sujeito envolvido com os diversos coletivos culturais, e por essa razão explica sobre a importância da motivação para a criação dos coletivos que, para ele, tem como finalidades: construir pontes de diálogos entre a sociedade civil e o Estado; promover espaço de reivindicação dos direitos sociais para a liberdade de expressão de práticas identitárias específicas; e garantir a prática da ritualidade de matriz africana e indígena no município, elementos fundantes da cultura local. Ainda sobre a sua atuação como o ex-conselheiro do CMPC e ex-gestor de cultura, se refere também ao seu envolvimento com as demandas culturais quando integrou o Movimento Goiana Criativa. É importante destacar que este movimento elaborou as diretrizes para a Câmara Setorial de Economia Criativa e sua dotação orçamentária plurianual, em 2013, criando em seguida o Coletivo Mata Norte Criativa¹⁰ composto pelos municípios de Goiana, Nazaré da Mata, Carpina e Tracunhaém.

O coletivo recebeu como incentivo, após concorrer a um edital nacional, e foi contemplado com a consultoria da Fundação Vanzolini contratada pelo Ministério da Indústria do Comércio e Exterior (MDIC) e o Ministério da Cultura (MINC), em 2014. Esta ação resultou no Plano Municipal de Economia Criativa de Goiana que foi gerenciado pela AD-Goiana e posteriormente agregado, em 2016, ao Plano Municipal de Cultura. O sujeito (GM-CC-4) se tornou representante governamental, também do coletivo Mata Norte Criativa, que tinha por propósito potencializar as vocações locais do território.

Ainda sobre a importância da APL da Mata Norte Criativa o componente (IC-GM-CC-5) do coletivo cultural *Silêncio Interrompido* participou ativamente desta ação como articulador regional e posteriormente na gestão municipal sobre a ação citada pelo sujeito (GM-CC-4), e ressalta a importância da formação de intercâmbio cultural

¹⁰ O Arranjo Produtivo Local- APL da Mata Norte Criativa lançou O Plano de Desenvolvimento que o apresentou em junho de 2014. Contudo, a elaboração da proposta para o edital, estruturação da governança e elaboração do Plano de Desenvolvimento ocorreu entre outubro de 2013 a agosto de 2014 com o apoio consultivo e técnico da Fundação Vanzolini.

FONTE: <http://www.tvreplay.com.br/tag/goiana-pe-prefeitura-promovem-apresentacao-do-apl-mata-norte-criativa/> Acessado em 07/01/2018, às 10h40.

e econômico entre os municípios e a formação de redes colaborativas. O processo investigativo permitiu perceber, que os integrantes dos coletivos culturais pesquisados participam integralmente do CMPC, relacionando as práticas culturais com as demandas identificadas em cada grupo específico.

Contudo, nos discursos dos sujeitos pesquisados foram reconhecidas relações de disputas de poder entre os conselheiros, críticas à operacionalidade do conselho e à falta de participação nos encontros. As atas disponibilizadas refletem a mínima participação dos conselheiros nas sessões do CMPC. Nos discursos, a seguir, percebe-se a falta de quórum às reuniões do Conselho, a trajetória que impulsionou a criação do CMPC e da adesão do município ao Sistema Municipal de Cultura:

A gente vê assim, o espelho das reuniões que a gente faz, duas, três, quatro pessoas que participam, [...], no universo de 20 pessoas. (IC-CC-3)

Os conselheiros também fazem parte da câmara (*referindo-se à Câmara de Economia Criativa*). Mas, eu não faço parte de nenhuma. A dificuldade é essa, a participação. Eu não sei, a falta de credibilidade também pode ter acarretado, isso da evasão dos conselheiros a participar de reuniões. (IC-CC-3)

Por outro lado, o sujeito (IC-CC-7), discorre sobre a importância da existência dos coletivos para que, de fato, as políticas públicas de cultura fossem efetivadas, pois elas legitimam a importância das práticas políticas dos coletivos:

Os coletivos que hoje a gente tem aqui, lapô Cineclube, Silêncio Interrompido, as associações de artesões daqui, da praia, da cestaria de Canabrava, então, esses coletivos deram suporte para o conselho (*referindo-se ao Conselho Municipal de Política Cultural*) acontecer.

O conselho aconteceu por causa dos coletivos. Sem os coletivos o conselho não aconteceria de jeito nenhum.

A gente brigou porque o conselho é um órgão público, mas o conselho daqui de Goiana ele, eu não tomo que assim, ele precisou de um órgão público, municipal para ser enviado para a câmara, a câmara que aprovou, mas ele só aconteceu por causa dos coletivos, por causa dos brincantes, que fomentou, que chegou, que brigou, brigou mesmo de briga de verdade mesmo, de discussão, para acontecer, porque se não fosse por aí, não acontecia.

Conforme narra o sujeito entrevistado (IC-CC-7), foram eleitos para cada temática 10 (dez) representantes e seus respectivos suplentes, sendo cinco da

sociedade civil e cinco da gestão municipal, totalizando 20 (vinte) representantes da sociedade civil e da gestão (governamental). No entanto, ao longo da pesquisa realizada, foi possível reconhecer a importância dos grupos culturais como protagonistas e autores de ações propositivas e interventoras, ou seja, de práticas culturais colaborativas em prol do envolvimento de forças integradoras entre si, quando compreendem que agregando atividades em conjunto e captando recursos, dialogam com o desenvolvimento local do município.

Ou seja, na condução da política e na formulação de políticas públicas, observa-se a proposição de ações planejadas pelos componentes do CMPC e integrantes dos coletivos culturais, que como lembra Barbalho (2008, p.72), podem colaborar com “a condução de processos políticos, exige criatividade, capital simbólico e de confiança que apenas funcionam na presença de pessoas chave, com reconhecimento, prestígio e trânsito entre os atores do contexto político”.

Desta forma, por meio da investigação foi possível compreender que os militantes culturais, pertencentes aos coletivos pesquisados, possuem relações políticas e econômicas construídas pela maturação de processos, que também envolvem o empreendedorismo cultural e criativo com outros setores da economia local. Isto foi percebido pelo acompanhamento de atividades realizadas nos Festivais Pernambuco Nação Cultural¹¹ que ocorreram na RD da Mata Norte, durante o período analisado, onde as práticas dos coletivos culturais interagem com a programação proposta pelo governo estadual e nas conquistas por premiações em editais locais e nacionais.

Percebe-se, então, que com a realização de encontros entre os grupos culturais da região da Mata Norte, e a execução de projetos culturais que vão além das fronteiras de Goiana, ocorre uma ação catalisadora de forças endógenas destes grupos culturais que se fortalecem, possibilitando um desenvolvimento local integrado, a partir do diálogo entre o poder público, os fazedores de cultura, o setor de prestação de serviços e do polo industrial instalado no município. Este último é considerado pelos sujeitos entrevistados como algo que pode gerar renda ou descaracterizar a cultura local com influências externas que não interagem com a vocação local.

¹¹ Para mais informações sobre os Festivais Pernambuco Nação Cultural, acessar: <http://www.cultura.pe.gov.br/nacaocultural>

A compreensão dos coletivos culturais, sobre a sua influência na condução das ações do CMPC, se forma pelas experiências que estes grupos vivenciam e que buscam promover ações democráticas e inclusivas para que sejam favorecidas suas demandas em comum e as específicas de cada coletivo. Sobre as práticas culturais entre os coletivos, outros sujeitos pesquisados citam suas relações e contribuições ao processo do dinamismo cultural que ocorre em Goiana:

Levando o cineclube, que na época estava sem um espaço físico para apresentar suas edições de filmes; nós fizemos uma articulação com mãe Nininha (*se referindo à sacerdotisa do Ilê Oyá Onira e líder do coletivo Budega da Yá*) e levamos eles (*se referindo ao público*) para comunidade. Onde deu muito certo, culminando, inclusive, a um festival de cinema. Um dos primeiros foi feito na comunidade, entendeu. (IC-GM-CC-6)

Sendo assim, a cidadania, traduzida na participação e na comunicação, possibilita aos grupos analisados, meios de se posicionarem frente à hegemonia política do município, aos instrumentos burocráticos do Estado e à invisibilização de suas práticas culturais não incluídas nos processos decisórios que condizem com a efetivação da dinâmica cultural do município.

2- O discurso e o poder dos sujeitos dos Coletivos Culturais nos processos de definição das políticas públicas de cultura:

Os discursos dos sujeitos dos grupos culturais analisados sugerem que a prática política se torna um exercício de cidadania para conquistas, por meio do avanço de práticas colaborativas e comunicacionais que se fortalecem por meio, também, do envolvimento nas políticas públicas de cultura. O sujeito (IC-GM-CC-6) narra sobre a importância destes canais comunicacionais, que são instrumentos de socialização de informações sobre mobilização para reuniões, inscrição em editais e divulgação de eventos ou atividades entre os coletivos culturais. Os integrantes dos coletivos culturais se utilizam com frequência das mídias sociais que proporcionam vínculos entre os participantes dos grupos quando esclarece que:

A nossa comunicação tem que ser uma comunicação aberta, por exemplo, nossa vinda para o Coco da Yá, possibilitou a aproximação com outros coletivos, como o Silêncio Interrompido, Cineclube Iapôí. Foi através da nossa ação.

Percebe-se, então que o fluxo comunicacional aproximou os interlocutores que se veem representados pelos interesses mútuos, que relacionam em suas ações a participação social. Contudo, também, foi percebido o silenciamento de grupos de cultura popular frente às decisões políticas nas instâncias de poder, como comenta a entrevistada (IC-CC-1): “Cidadania é um exercício por direito da existência. Político, porque é necessário a existência do diálogo já que ainda nós não estamos acobertados sobre isso”.

Desta forma, a declaração acima expressa a inquietação de sujeitos sociais e políticos. O poder institucionalizado e a privação de espaços de escuta se tornam presentes e limitam processos dialógicos ricos em significados e importâncias, pois de acordo com Foucault (1996, p.8), “[...], o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal está o perigo? ”. A entrevistada IC-CC-1, relaciona cidadania e diálogo quando diz:

[...] cidadania é o que eu disse anteriormente, e política é a necessidade de se fazer cumprir o que é cidadania. E o diálogo que eu visualizo entre elas é sobre ainda estarmos vivendo um processo que é preciso lutar para legitimar.

Ou seja, a apropriação de estruturas de poder pelos setores hegemônicos pode conduzir à interdição ou controle de setores populares, que resistem a um modelo de desenvolvimento, que não envolve a complexidade que forma o conjunto patrimonial e cultural do município. Desta forma, observou-se que a institucionalização do poder e a formulação de políticas públicas ritualizam os processos de participação social, e de acolhimento de demandas da sociedade civil, referenciada neste estudo através dos CC. Assim, os discursos reproduzidos e existentes no interdiscurso formalizam regras e interferem para o controle do processo discursivo. De acordo com Foucault (1996, p.39):

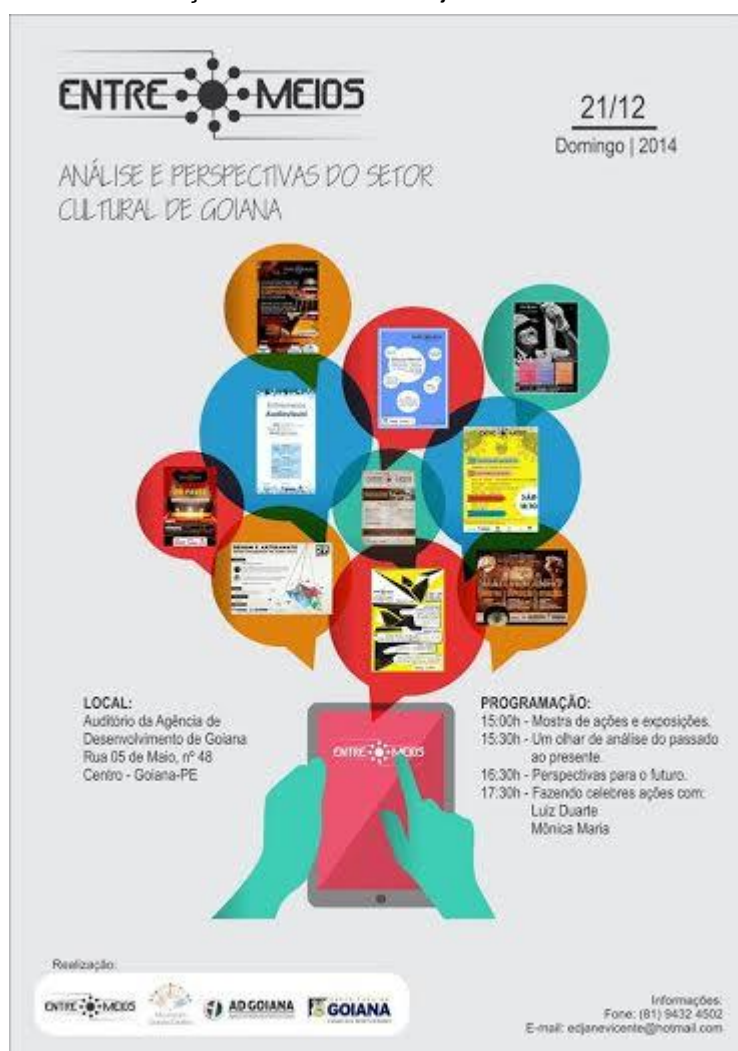
Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos.

Assim, os coletivos culturais reagem quando se expressam por meio de intervenções artísticas ou de instrumentos de políticas públicas, como por exemplo,

o Projeto ENTREMEIOS, proposto pela gestão da Agência de Desenvolvimento Econômico de Goiana, em conjunto com os integrantes dos coletivos culturais. Foram realizadas 11 (onze) edições do evento, em 2014, e disponibilizava aos participantes, estrutura e remuneração pelas ações realizadas por grupos culturais, abordando temáticas para debates sobre o contexto cultural de Goiana e as relações com a política, o turismo, o desenvolvimento local e o cenário econômico.

As ações eram quinzenais e destacaram o protagonismo dos componentes dos coletivos culturais analisados. A última edição do Projeto Entremeios, ocorreu em dezembro de 2014.

Ilustração 9 - Cartaz do Projeto Entremeios



Fonte: <<http://www.blogdofelipeandrade.com.br>>. Acesso em: 21 dez. 2017, às 15h30.

É pertinente destacar que os sujeitos entrevistados se posicionaram sobre a interferência externa, a partir da produção do capital econômico, que pode implicar na desconstrução da memória afetiva e da identidade cultural local.

O sujeito (IC-GM-CC-6) narra sobre a importância destes canais comunicacionais, que são instrumentos de socialização de informações sobre mobilização para reuniões, inscrição em editais e divulgação de eventos ou atividades entre os coletivos culturais. Os integrantes dos coletivos culturais se utilizam com frequência das mídias sociais que proporcionam vínculos entre os participantes dos grupos quando esclarece:

A nossa comunicação tem que ser uma comunicação aberta, por exemplo, nossa vinda para o Coco da Yá, possibilitou a aproximação com outros coletivos, tipo, Silêncio Interrompido, Cineclubes Iapô. Foi através da nossa ação.

Existe, desta forma, a resistência presente nos discursos e nas ações dos sujeitos analisados que são constituídas pelas trocas de conteúdos comunicacionais para que atuem “no interior de sistemas complexos de restrição; e sem dúvida não poderiam funcionar sem estes”. (FOUCAULT, 1996, P.38). Assim, a prática política se torna um exercício de cidadania em busca de conquistas, por meio do avanço de práticas colaborativas e comunicacionais que se fortalecem por meio, também, do envolvimento nas políticas públicas de cultura. E na composição do CMPC se observou a integração de diferentes segmentos populares, religiosos e de políticas afirmativas. Conforme o sujeito (EPC-GM-CC-4), o CMPC permite em sua composição a inclusão e a não interdição de variados grupos representativos não hegemônicos, defensores dos valores e da diversidade da comunidade local:

[...] é um conselho que tem alta representatividade, porque você vai ter casos de matriz africana, você vai ter grupos de LGBT representados, você vai ter mulheres representadas, você vai ter comunidade quilombola, você vai ter patrimônio histórico, audiovisual, tudo isso. Então, do ponto de vista legal, específico, ele está lá mantido, o que falta agora é um processo desse exercício da política pública e da política cidadã, não é?

Nesse sentido, a pesquisa permitiu compreender os processos de discussão dos sujeitos políticos, partícipes da construção histórica, social e política do

município de Goiana, assim como os discursos formulados e apropriados pelos coletivos culturais estudados, cujos sujeitos possuem identidades heterogêneas.

Considera-se desse modo que os agentes culturais que compõem os coletivos goianenses estudados são considerados produtores e receptores de símbolos, que os caracterizam e os diferenciam, a partir da construção do seu cotidiano popular. E as ações de mobilização em redes sociais divulgam as práticas culturais destes coletivos promovendo intercâmbios físicos e virtuais entre os grupos culturais de outras comunidades culturais.

Ilustração 10 - Mobilização nas redes sociais dos setores culturais em prol da aprovação do SMC.



Fonte: <<http://www.tvguaiamum.com/2015/12/representantes-da-cultura-de-goiana.html>>

Isto é, os mecanismos de comunicação convergem para a democratização de práticas participativas, e que interagem com possibilidades e alternativas que podem viabilizar o acesso cultural para as comunidades. Desse modo, os coletivos culturais goianenses possuem em sua formação sujeitos com identidades diversas que contemplam o local em suas práticas culturais, dialogando e ressignificando os sentidos com a essência da memória da cidade (interdiscurso) e do seu patrimônio material e imaterial.

3- O tambor resiste, o verso denuncia e a imagem retrata a política da identidade cultural goianense.

Sobre pertencimento e a identidade cultural que legitimam a existência dos coletivos, as atividades colaborativas promovem circulação de bens simbólicos e materiais, que são divulgados e que se popularizam nos espaços públicos. E na articulação negociada entre os integrantes dos grupos culturais se permite identificar a transitoriedade entre os membros destes coletivos, que produzem e articulam

ações específicas de acordo com suas vocações. Ressalta-se no enunciado que prenuncia a sessão que os meios de produção de sentidos dos CC são baseados na ancestralidade rítmica do povo negro e indígena através do tambor, da produção poética que verbaliza os discursos e seus sentidos que se deslocam no interdiscurso, mas que valorizam o intradiscurso dos interlocutores e a imagem que registra e propaga a ideologia, provocando a criticidade dos interlocutores (integrantes do CC) e de seus receptores (público alvo das sessões do Iapô Cineclubes).

E no percurso de debates e escutas para que as políticas públicas de cultura pudessem acessar as demandas setoriais de grupos não representados e consultados, é relevante ressaltar as reações que se formulam através de reivindicações destes grupos tradicionais e produtores de bens simbólicos, a partir de ações que lhes proporcionava reconhecimento comunitário de seus modos de fazer e saberes populares próprios de cada grupo. Desta forma, os CC em conjunto com o CMPC se tornam porta-vozes desta comunidade que resiste e formula estratégias de comunicação e de interação para questionar e provocar o discurso predominante constituído pela historicidade que se torna hegemônica. A prática da liberdade é ponderada, contudo, é através desta movimentação discursiva sobre ideologia, interdiscurso, discurso e sujeito, os coletivos culturais buscam “o exercício da liberdade, [...] que por sua vez são influenciados por discussões públicas e interações sociais, que são, elas próprias influenciadas pelas liberdades de participação”. (SEN, 2010, p.24).

Em sua origem e importância os CC retratam o patrimônio cultural material e imaterial da população goianense e sustentam referências de símbolos e códigos que se perpetuam como ecos da historicidade composta por conteúdos centenários que são produzidos e reproduzidos em meio a ambientes de hostilidade e de repressão. O sujeito (IC-GM-CC-4) retrata esta reflexão com a seguinte inferência sobre o tambor que resiste:

Se não houvesse os terreiros, o coco de roda não existia, não existia maracatu, não existia nada disso. Porque era proibido nas ruas, foram os terreiros que mantiveram essa ancestralidade. É muito fácil dizer hoje “ah hoje, não precisa de uma política pública”, mas quem manteve durante 300 anos isso? Foram as casas de matriz africana

Assim o pertencimento e identidade cultural buscam a legitimação e a existência dos coletivos, através de atividades colaborativas protagonizadas e produzidas para a circulação de bens simbólicos e materiais, que são divulgados e que se popularizam nos espaços públicos.

Desse modo, por meio de práticas culturais, os coletivos promovem, também, eventos pontuais e que se tornam agregadores de valores simbólicos e econômicos para a comunidade local. O entrevistado (GM-CC-4) explica que a ligação dele com os grupos culturais voltados especificamente para a cultura popular, se deu pelo envolvimento pessoal, quando o mesmo defende a relevância de aplicar a Lei 10.639/03 nas escolas do município, que corresponde à inclusão de políticas afirmativas de identidade negra nas instituições de ensino:

No meu caso também foi assim, justamente, essa relação com o movimento da identidade negra e cultural da cidade, ele parte desses gatilhos, uma necessidade de, no ano de 2003, vinham as necessidades e identidades negras que precisavam ser resolvidas, as casas de matriz africana, dos cursos em cima da Lei 10.639/03, de ter conteúdo negro nas escolas.

Vê-se também a importância do discurso político presente na poesia, na publicação do coletivo *Silêncio Interrompido*, intitulada Goiana Revisitada, a qual possui em seu conteúdo poesias que retratam o cotidiano do município e a relação dos poetas e poetisas com os seus anseios e percepções, a partir de existir como sujeito histórico goianense. Desta forma, a palavra exalta e denuncia no mesmo instrumento, que envolve a poesia e a militância política cultural, que motiva os participantes do coletivo *Silêncio Interrompido*. Conforme o entrevistado (IC-GM-CC-5), a palavra expressa em poesia, associada à intervenção artística e urbana, podem revelar potencialidades locais e discorrem sobre a realidade local. Assim, a oralidade é ressaltada como repasse de saberes, mas também de posicionamento político no verso que denuncia:

Então, é meio que uma tentativa, de senão de atualizar ou de apresentar essa outra potencialidade, ou esse estado de potência do território, que é o trabalho com a palavra, que ela é visivelmente reconhecida na relação da oralidade. (IC-GM-CC-5)

E na construção de discursos, onde a palavra revela sentimentos e desejos, podem ser criados espaços, onde outros protagonistas e espectadores podem colaborar na promoção de debates entre o governo e os coletivos culturais que quando se veem na produção do audiovisual se percebem e se reconhecem na imagem que os retrata.

3.1 - Desenvolvimento com envolvimento: a prática da cidadania que expressa o simbólico e inclui a diversidade cultural no processo econômico.

Ao tratar de desenvolvimento local e política cultural, destaca-se nos discursos colhidos a relação desses conceitos com a execução do PMC e do FMC, considerados instrumentos de políticas públicas de cultura. Existe uma reprodução de sentidos entre os sujeitos que compartilham de posicionamentos que os fortalecem, partindo de significações e afirmações que elucidam as práticas sociais e políticas que os detém em espaços de escuta e criação de enunciados.

Os sujeitos que estão inseridos na participação cidadã que desenvolve mecanismos para aproximar as demandas de seus partícipes buscam através da produção de sentidos e de ações convencer sobre o que ainda não foi dito ou esclarecido. Assim, evidenciou-se que ao comentar sobre políticas públicas de cultura e a institucionalização desta por meio do SMC e a aplicação do FMC, os sujeitos convergem para a mesma temática (a aprovação do fundo Municipal de Cultura) quando afirmam que se torna importante a viabilidade da cultura local para potencializar o território, desde que o PMC, também seja aprovado e executado. É um mecanismo de argumentação que se utiliza da ideologia para permitir a continuidade da mensagem que produz sentido, que ressoa entre os discursos, que permeiam as práticas políticas dos CC e dos conselheiros do CMPC. Conforme, Orlandi (2005, p.38):

Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos. Como dissemos, o discurso é o lugar do trabalho e da ideologia. [...] Como o sujeito (e os sentidos), pela repetição, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente. Entre o efêmero e o que eternaliza. Num espaço fortemente regido pela simbolização das relações de poder.

Contata-se que na argumentação da autora, se materializa o desejo para que ambos (PMC e o FMC) possam fortalecer de fato o SMC, que se torna sistematizado pelo CMPC do município.

Assim, é recorrente nas declarações dos sujeitos sobre o CMPC, que agregam ao mesmo tempo a execução do PMC e a aplicação do FMC à promoção do desenvolvimento local a partir de práticas culturais que associam os bens simbólicos ao bem-estar social e econômico da população:

Do fundo (*referindo-se ao Fundo Municipal de Cultura*), eu acredito que a gente vai ter mais livre arbítrio, a gente vai ter mais possibilidades de fazer cultura, de fomentar cultura, de preservar a cultura. (IC-CC-7).

Eu acho que o fundo não é o principal, mas dentro desse plano eu acho que o fundo municipal de cultura é uma das coisas que vai dar realmente o *up* para cultura de Goiana, que está precisando muito. (IC-CC-7).

As afirmações acima refletem sobre a relação da cultura que pode desenvolver Goiana, que através de seus representantes incluem a diversidade cultural e se veem beneficiados com a política pública que demanda por desenvolvimento local, a partir da execução do PMC, apoiada pelos integrantes dos CC, que também possuem representação no CMC. Desse modo, através da palavra os sujeitos se tornam reconhecidos e se deslocam em conjunto e produzem sentidos pois “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas” (ORLANDI, 2005, p.42). Ao serem interpelados sobre o desenvolvimento local os entrevistados possuem reflexões negativas sobre o formato de desenvolvimento que foi evidenciado com a criação do polo industrial que se encontra em terras goianenses:

Eu acredito que hoje, Goiana está sofrendo um impacto muito grande com essa, a vinda do desenvolvimento, entre aspas, que carrega muitas mazelas. (IC-CC-9).

As pessoas falam em crescimento, mas crescer para onde? Como é que essas pessoas enxergam o que é um crescimento, sabe? (IC-CC-9).

Evidencia-se, então, que os sujeitos não se veem neste formato de desenvolvimento. Conforme De Jesus (2003, p.74) “[...] é sabido que os projetos de

desenvolvimento econômico foram concebidos e implementados a partir de cima, com base em políticas traçadas e implementadas por agências tecnocráticas”. No entanto, a ideologia presente no discurso exercido pelo poder (gestores e empresários) e que define qual desenvolvimento local os goianenses precisam conceber é questionada com resistência presente no que é dito pelos integrantes dos coletivos culturais escutados. Estes expressam em seus discursos que o polo industrial não trouxe crescimento econômico, não inclui a diversidade da comunidade, nem referencia a formação social e cultural de Goiana.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que existe a constância de perdas e ganhos nos grupos culturais analisados, que podem ser reconhecidos ou excluídos do processo de construção de identidades compatíveis com os contextos sociais e políticos. Desta forma, os processos de gestão não incluem em sua totalidade as dinâmicas endógenas aos coletivos culturais e seus integrantes, deixando-os à margem das negociações do mercado e de tomada de decisões sobre o modelo de desenvolvimento que pode visar o bem comum.

Compreende-se, portanto, que há conflito entre a afirmação de identidade dos coletivos culturais, considerando a sua diversidade, a elaboração de políticas públicas inclusivas e a necessidade de se promover debates sobre o desenvolvimento local ora imposto. Desta forma, os coletivos culturais de Goiana possuem em seus discursos, reproduzidos por seus integrantes, referenciais e sentidos que se articulam através da continuidade de suas ações e práticas culturais socializadas nos coletivos culturais que se organizam e se reforçam compartilhando saberes e experiências, em busca da continuidade de suas atividades gerando valores simbólicos e econômicos.

Assim, os coletivos culturais demonstram em suas práticas, o quanto a sua composição construída por integrantes que militam em movimentos sociais e culturais diversos, influenciam na formulação de conteúdos próprios com imagens, textos e sons (música, literatura, fotografia e filmes). Desse modo, estas práticas culturais convergem ou divergem das propostas impostas por um modelo de desenvolvimento local que não inclui a diversidade cultural local.

A pesquisa revelou que mesmo com a organização institucionalizada, proposta pelo governo do âmbito federal, os coletivos culturais possuíram espaço de escuta e apoio da gestão local no período compreendido entre 2013 a 2016, mas depois ocorreram perdas significativas que desencadearam a descontinuidade de políticas públicas de Estado propostas e aprovadas democraticamente resultado de fóruns e conferências de cultura municipais, estaduais e nacionais. Contudo, o processo democrático desenvolvido não é reconhecido pela gestão posterior ao período referido acima, pois não comungam das diretrizes e ações propostas pelo já existente Plano Municipal de Cultura de Goiana. Sugere-se que a partir do

reconhecimento da pluralidade de identidades na composição do Conselho de Política Cultural de Goiana e de sua importância para a história das políticas públicas de cultura no Brasil, os seus integrantes realizem intercâmbios de práticas com agenda elaborada no período estudado, visto que existem publicações e conteúdos que podem se tornar roteiro e exemplos práticos para que outros agentes locais garantam a plenitude do exercício da cidadania cultural.

Observou-se que o desafio para os coletivos culturais envolve a integração de forças com diferentes interesses para que permita a participação social de grupos em situação de desvantagem, e que não possuem canais de escuta para expressar suas demandas e legitimar suas diferenças. Os processos deliberativos nos quais os conselhos se baseiam devem possuir o diálogo como instrumento de articulação e mobilização para a resolução de conflitos, que circundam a diversidade cultural e suas dimensões, que agregam valores inclusivos de acordo com políticas públicas afirmativas de gênero, étnicas e religiosas.

Considerou-se importante, no estudo desenvolvido, a legitimação de acordos e a compreensão de que políticas de governo (que podem ser instáveis de acordo com as agendas políticas) não devem se sobrepor às políticas de Estado (que podem ser continuadas independente de gestão, considerando as demandas sociais). Os Coletivos Culturais devem se utilizar de mecanismos de participação social, que viabilizem interferência direta nas formas de atuação de órgãos governamentais, possibilitando a execução de políticas públicas e responsabilizando o Estado pelo cumprimento de compromissos assumidos pelos representantes políticos eleitos democraticamente por estes agentes. Verificou-se a importância da formação contínua dos agentes culturais para que possam compreender a operacionalidade de processos deliberativos, e a burocracia que demanda sua organização para o exercício de suas funções. Falta mais informação e conhecimento para que ocorram debates produtivos e ações materializadas em decretos e leis. Conclui-se que os espaços públicos que acolhem os coletivos culturais e que respaldam a existência de Conselhos de Cultura precisam ser fortalecidos publicamente, com mais parcerias intergovernamentais e com recursos humanos e técnicos para evitar o isolamento e a ausência de credibilidade. As práticas culturais dos integrantes da Bodega da Yá, Silêncio Interrompido e do Iapô Cineclube representam resistência quando expressam os discursos que foram

analisados pela pesquisa, mesmo enfrentando assimetrias de poder. Contudo, os integrantes se fortalecem, através da criatividade e da colaboração.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2005.

BACZO, Bronislaw. **A imaginação social**. Lisboa: Imprensa nacional/ Casa da Moeda, 1985.

BARBALHO, Alexandre. Cultura e Política e Política cultural democráticas. A experiência da gestão cultural em fortaleza (2005-2008). In: CALABRE, Lia. (Org.). **Políticas culturais: um campo de estudo**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: manual prático – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

_____. Ministério da Cultura. **Guia de Orientações para os Municípios (Perguntas e Respostas) Sistema Nacional de Cultura**. Brasília: 2011.

_____. Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 maio de 2014.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CANCLINI, Nestor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARVALHO, Cristina A., DOURADO, Débora P. e GAMEIRO, Rodrigo. **Cultura e transformação - Políticas e experiências culturais**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. Salvador-Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

CONDEPE/FIDEM. **Pernambuco em mapas** / Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco -- Coordenação de Ruskin Marinho de Freitas e Kamila Soares de Arruda Santos. Recife: 2011.

CORTÊS, Soraya Vargas. Conselhos de Políticas Públicas: o falso dilema entre institucionalização e democratização da gestão pública. In: RUBIM, Albino, FERNANDES, Taiane, RUBIM, Iuri (orgs). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010.

COUTINHO, Ademauro. **Goiana Revisitada**. Goiana-PE: Ed. dos Autores, 2012.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Federalismo Cultural e Sistema Nacional de cultura**: contribuição ao debate. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

DANTAS, Humberto e MARTINS JÚNIOR, José Paulo (Orgs). **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007.

DE JESUS, Paulo. **Desenvolvimento Local**. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

FONSECA, Homero. **Pernambucânia**: o que há nos nomes das nossas cidades. 3. Ed. CEPE, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. São Paulo - Edições Loyola. 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**- antigos e novos atores sociais. Edições Loyola. São Paulo, 2013.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. Edições Loyola. São Paulo, 2014.

KRONEMBERGER, Denise. **Desenvolvimento local sustentável**: uma abordagem prática. – São Paulo: Editora SENAC, 2011.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Arte Médicas sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITÃO, Cláudia L. **Cultura e Municipalização**. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

LIMA, Ivanice Oliveira. Culturas populares, comunicação e desenvolvimento local: as experiências comunicativas do Espaço Cultural Bodega da Yá, de Goiana-PE, n. **XVIII- Folkcomunicação, Cidadania e Inclusão Social no Contexto das Rurbanidades** – Fonte: <http://anaisfolkcom.redefolkcom.org/index.php/folkcom> Pernambuco, 2017.

MACHADO, Bernardo N. da M. Participação política e conselhos de cultura: uma proposta. In: RUBIM, Albino, FERNANDES, Taiane, RUBIM, Iuri (orgs). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010.

MINAYO, M.C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2008.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009. 130 p.

_____. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADÃO, Maria Izabel. **O Estudo da Política: Temas Selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RUBIM, Antônio Albino C. Políticas Culturais no Brasil: Passado e Presente. In: RUBIM, A.; ROCHA, R. (org.). **Políticas Culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com Liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos e a Construção da Democracia no Brasil: um rápido balanço de duas décadas de participação conselhistas. In: RUBIM, Albino, FERNANDES, Taiane, RUBIM, Iuri (orgs). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010.

TRENTINI, M.; PAIM, L. **Pesquisa em enfermagem: uma modalidade convergente-assistencial**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.

APÊNDICE A – ARTIGO

GOIANA REVISITADA PELA CIDADANIA: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DOS COLETIVOS CULTURAIS

RESUMO

A pesquisa analisou a participação social de três coletivos culturais do município de Goiana - PE, a partir das ações destes no período de 2013 a 2016. O estudo é de natureza qualitativa. A metodologia para desenvolvimento do processo investigativo incluiu a análise documental e a entrevista semiestruturada. Os sujeitos da pesquisa são os sujeitos que integram os coletivos culturais e os membros do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) do município estudado. A análise dos resultados foi desenvolvida à luz da análise de discurso, respaldada pelos estudos de Foucault (1996) e Orlandi (2005). As políticas públicas de cultura são estudadas com o propósito de relacionar as demandas e ações do setor cultural advindas dos coletivos culturais e os respectivos avanços alcançados ao longo do período estudado. Os resultados do estudo revelam que a participação social se traduz no exercício da cidadania e a prática da democracia participativa em conselhos deliberativos dos coletivos culturais.

Palavras-chave: Participação social. Coletivos Culturais. Conselhos de Cultura. Políticas Públicas de Cultura. Análise de Discurso.

ABSTRACT

The research analyzed the social participation of three cultural collectives of the municipality of Goiana - PE, from the actions of these in the period from 2013 to 2016. The study is qualitative in nature. The methodology for the development of the investigative process included the documentary analysis and the semi-structured interview. The subjects of the research are the subjects that integrate the cultural collectives and the members of the Municipal Council of Cultural Policy (CMPC) of the studied municipality. The analysis of the results was developed in the light of discourse analysis, supported by studies by Foucault (1996) and Orlandi (2005). The public policies of culture are studied with the purpose of relating the demands and actions of the cultural sector arising from the cultural collectives and the respective advances achieved during the studied period. The results of the study reveal that social participation translates into the exercise of citizenship and the practice of participatory democracy in deliberative councils of cultural collectives.

Keywords: Social participation. Cultural Collectives. Councils of Culture. Public Policies of Culture. Discourse Analysis.

INTRODUÇÃO

O artigo analisa os resultados do estudo realizado sobre a participação social dos coletivos culturais (CC) do município pernambucano de Goiana, como um instrumento de democratização na composição do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) e na busca por políticas públicas de cultura. O processo de análise da referida participação foi desenvolvido a partir dos diálogos e ações dos coletivos culturais no período de 2013 a 2016. Desse modo, três coletivos culturais foram selecionados para o processo investigativo, são eles: *Iapôí Cineclube*, que lida com atividades de elaboração e difusão de conteúdos de audiovisual e cineclubismo; *Centro Cultural Bodega da Yá*¹², que envolve atividades relacionadas às expressões da cultura popular de matriz africana e indígena e; *Silêncio Interrompido*, que trata de experiências literárias em diálogo com as artes plásticas, entre outras linguagens. Por coletivos culturais se entende, de acordo com (GOHN, 2011, p.13), que são grupos que realizam “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. Desta forma, os coletivos, acima citados, se integram em saberes e fazeres locais e possuem necessidades que os identificam e os unem para realizar ações em comum.

O percurso metodológico da pesquisa, de natureza qualitativa, se constituiu de análise documental e entrevista semiestruturada, destacando as narrativas dos sujeitos que dialogam com a historicidade que os envolve e que os condiciona ao universo político com seus conflitos, contradições, indiferenças e silêncios. Sobre a historicidade Orlandi (2005, p. 35), afirma que “[...], quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo”. Ao entrar nesse processo fazemos uso do interdiscurso, que segundo a autora: “[...], disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. Ou seja, os dizeres se encontram intercalados na memória histórica goianense que traduz “[...] um imaginário que afeta os sujeitos em suas posições políticas.” (ORLANDI, 2005, p.31.).

Assim, para exame dos discursos dos sujeitos pesquisados foram destacadas as seguintes categorias da Análise do Discurso (AD): interdiscurso, intradiscurso e o sentido nos enunciados ditos e não ditos, formulados pelos

¹² Palavra da língua iorubana que significa Mãe.

integrantes dos CC. Desta forma, as palavras não ditas pelos sujeitos são provenientes de procedimentos de exclusão e de interdição que, conforme Foucault (1996, p.9), são considerados “[...] tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusividade do sujeito que fala”. Foucault (1996, p.9) complementa que existe uma disputa onde as interdições ou exclusões limitam o que pode ser dito e validam os discursos permitidos que são apropriados ou protagonizados entre grupos populares ou coletivos hegemônicos que se movimentam no corpo social:

Sabe-se bem que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. [...] temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. (FOUCAULT, 1996, p.9).

Sendo assim, ao buscar compreender os discursos e as interdições que ressoam nos espaços e trajetos dos CC em atividade política no CMPC, foram consideradas as questões de identidade, diversidade, inclusão, reconhecimento social e os deslocamentos na produção de sentidos. Essas questões ganham realce nas ações dos CC, sobretudo no cotidiano dos sujeitos que os integra e que se envolvem na disputa por espaços de poder, visando ao atendimento das suas demandas.

As demandas dos CC, de modo geral, estão descritas no Plano Municipal de Cultura (2017 a 2020), elaborado e proposto pelos membros do CMPC e integrantes dos CC, onde são reivindicadas, como por exemplo, a regulamentação por decreto da Lei Ordinária Federal n. 13.019/2014 para mediar a relação entre a Prefeitura de Goiana e as Associações Culturais; efetuação do pagamento da segunda parcela da subvenção do carnaval de 2016 e o cumprimento do percentual legal de 2% da receita corrente líquida do município para o Fundo Municipal de Cultura.

Verificou-se, deste modo, que as ações políticas se alinham aos discursos dos grupos estudados, quando estes expõem suas demandas nos espaços de poder e, vão além, divulgando essas demandas por meio de recursos midiáticos e mobilização em redes sociais. Desta forma, a participação social se materializa na composição do CMPC de Goiana, onde a maior parte é de integrantes dos referidos coletivos culturais. Importa ressaltar que a presença dos membros dos coletivos na pauta político-cultural do município é uma reafirmação da *Declaração Universal dos*

Direitos Humanos onde se encontra no artigo 27 que “toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de gozar de artes e de se aproveitar dos progressos científicos e dos benefícios que deles resultam”.

No Brasil, os conselhos deliberativos surgiram com a Constituição Federal de 1988 (CF – 1988), são considerados como “arranjos institucionais”, representando um marco na trajetória da participação social em pautas políticas, nas arenas públicas de poder. Como desdobramento da CF – 1988, surge a Política Nacional de Participação Social, que se refere aos conselhos como: “Instância colegiada temática permanente, instituída por ato normativo, de diálogo entre a sociedade civil e o governo para promover a participação no processo decisório e na gestão de políticas públicas” (BRASIL, 2014).

Compreende-se, portanto, que cada sujeito ou coletivo, pode se tornar um agente cultural, com condições para transformar sua realidade, assim como contribuir com a transformação da sua comunidade, partilhando os benefícios conquistados. Assim, os sujeitos que integram os coletivos culturais lapôi Cineclube, Centro Cultural Bodega da Yá e o Silêncio Interrompido são representados por seus pares no CMPC, e essa representação busca socializar as discussões e deliberações que envolvem as políticas públicas de cultura, seus territórios físicos, coletivos e de memória cultural. Sobre este aspecto o sujeito (IC-CC-7) comenta:

Os coletivos que hoje a gente tem aqui, lapôi Cineclube, Silêncio Interrompido, as associações de artesões daqui, da praia, da cestaria de Canabrava, então, esses coletivos foram que deram suporte para o conselho acontecer.

A gente brigou porque o conselho é um órgão público, mas o conselho daqui de Goiana ele [...] precisou de um órgão público, municipal para ser enviado para a câmara, a câmara que aprovou, mas ele só aconteceu por causa dos coletivos, por causa dos brincantes, que fomentou, que chegou, que brigou, [...] de discussão, para acontecer, porque se não fosse por aí, não acontecia.

Logo, a participação social dos integrantes dos coletivos culturais pode ser considerada como mecanismo para que os direitos políticos, civis e sociais dos sujeitos implicados no processo sejam cumpridos.

1- Os Coletivos Culturais que integram o Conselho Municipal de Política Cultural de Goiana: praticantes da cidadania.

Os coletivos culturais surgem com os movimentos sociais, carregando pautas diversas, influências ideológicas e políticas. De acordo com Dourado, Lira e Silva (2013, p.116), “os movimentos sociais representam exemplos de práticas organizativas cujo cerne é a resistência, a luta, a contestação, a reivindicação e a mobilização em torno das questões em disputa [...]”. Criam-se, portanto, espaços nos coletivos culturais que envolvem a troca e a cumplicidade de práticas, antes perseguidas por suas origens, mas que na atualidade são valorizadas por serem reconhecidas como patrimônio cultural, a exemplo, da ritualidade indígena e os cultos de matriz africana presentes no cotidiano e na identidade cultural do município goianense.

Os integrantes que pertencem aos coletivos culturais Espaço Cultural Bodega da Yá, Silêncio Interrompido e Iapô Cineclube, através de suas expressões artísticas e conteúdos produzidos com autoralidade e ineditismo, formulam práticas de resistência que possuem repertórios advindos de releituras simbólicas, que constituem o município com seus ícones históricos e culturais. Ou seja, a partir do discurso advindo de sua função, identidade e pertencimento, os integrantes articulam práticas que refletem a resistência que traduz o aspecto de luta pela identidade cultural local quando o integrante de coletivo comenta que:

Se não houvesse os terreiros o coco de roda não existia, não existia maracatu, não existia nada disso. Porque era proibido nas ruas, foram os terreiros que mantiveram essa ancestralidade. É muito fácil dizer hoje “ah hoje, não precisa de uma política pública”, mas quem manteve durante 300 anos isso? Foram as casas de matriz africana.
(GM-CC-4)

Sendo assim, os CC, compartilham significados e materialidade para agregar forças e atender as demandas destes grupos organizados. Dessa forma, as práticas culturais que os definem (linguagens artísticas culturais) proporcionam aos coletivos culturais funções sociais e políticas com especificidades de reivindicações, que garantem a participação social no universo da política. Contudo, um dos desafios encontrados pelos conselheiros e demais integrantes dos CC está na concretização

do discurso, que tenta agregar outros segmentos que compõem a estrutura organizacional das gestões municipais, ou seja, os conselhos de meio ambiente, turismo, saúde, educação etc. Sobre este aspecto, Faria (2010, p.269) comenta que:

Em alguns lugares as secretarias de educação sequer conversam com a cultura e correm paralelas, sem diálogo algum. Isso para não dizer que estes espaços culturais do estado com participação da sociedade não geraram um debate público efetivo e permanente buscando a construção de parâmetros públicos de cultura.

Desta forma, a pesquisa evidenciou que os sujeitos dos CC participam da complexidade que envolve integrar as variadas dimensões sociais, contudo, existem exclusões ao se tentar conciliar a pauta cultural com outras agendas públicas, mesmo considerando o que explica Faria (2010, p.269): “o discurso é pleno de transversalidades e de apelos à transversalidade, mas não se realiza ainda nesses espaços.” Existe, portanto, a ausência de trocas e escuta entre os agentes sociais que demandam o conjunto de necessidades, considerando as pautas diversas já citadas que correspondem à gestão do município e às ações compartilhadas entre os coletivos culturais e os intercâmbios entre eventos e projetos, que são promovidos entre estes. O sujeito entrevistado comenta sobre a importância da formação de redes de parcerias entre os CC:

[...] tentar pensar em rede, não propriamente concentrar as ações em Goiana, não é. [...], as ações em Goiana eu penso como é minha ação de cidadão [...] aquele outro foco de pensar o espaço urbano, aonde eu estou localizando, onde eu estou morando e residindo. Mas como ideal político de intervenção, pensar o território como um todo, sabe? (IC-GM-CC)

Conforme, Dantas (2007, p. 18), “a conscientização é a principal característica do conceito de cidadania”. Desta forma, as iniciativas advindas destes grupos mobilizam forças que se agrupam em prol de interesses compartilhados. E, assim, a representação política de integrantes de coletivos culturais no processo de formulação de políticas públicas para o município, insere os sujeitos, ou agentes de cultura, na base democrática na qual o Estado brasileiro se consolida, visto que:

[...] é importante frisar que foi graças ao esforço de articulação das organizações da sociedade civil que essas teses mais modernas

para a colaboração entre Estado e sociedade civil foram incorporadas à Constituição de 1988. (CAVALCANTI, 2007, p.153)

Os agentes culturais possuem em sua formação, significativas especificidades, que lidam com etnia, religiosidade, práticas tradicionais, patrimônio, direitos humanos, gênero e sexualidade, que os integram ao contexto tradicional do município, ao mesmo tempo em que tentam se adequar aos novos tempos, fazendo uso de tecnologias midiáticas para formulação e difusão de suas ações e de seus conteúdos específicos, utilizando o correio eletrônico (*e-mail*), conferências virtualizadas, grupos no *Facebook* e no *Whatsap*. Observou-se, que os mecanismos de comunicação são acessíveis aos coletivos culturais e intensificam o fluxo de mensagens entre estes, considerando que “[...] os movimentos socioculturais tradicionais mais estruturados já não dão conta das dinâmicas locais. Um movimento territorial horizontaliza-se, organiza-se em redes, pontos de cultura, redes digitais” (FARIA, 2010, p.268). Assim, nesse processo de difusão comunicacional surgem demandas e conflitos sobre a proteção de ideias ou de exposição, que por meio dos direitos culturais adquiridos por estes grupos, os tornam mais conscientes de sua existência e merecedores de reconhecimento social e de inclusão nas pautas das políticas da gestão municipal.

2- A Goiana que discursa pelos coletivos culturais e a participação social que propõe as políticas públicas de cultura.

Considera-se, que na formulação dos discursos, que traduzem os conceitos sobre participação social e cidadania, os sujeitos enfrentam a realidade de não serem reconhecidos nos processos de decisões políticas no período atual (2017), mesmo respaldados por medidas anteriores elaboradas pelo governo federal, representado pelo Ministério da Cultura (MinC). Isto porque, mesmo havendo uma agenda política cultural nacional em execução e que desenvolve ações de escuta, fomento e capacitações para a área cultural, a gestão municipal goianense desconhece a pauta que legitima o CMPC e os atuais conselheiros como agentes políticos, advindos dos coletivos culturais.

Nesse contexto, os discursos dos sujeitos pesquisados também se traduzem no silêncio local, ou censura, assim denominado por Orlandi (2005), realçando suas

realidades, mas que denunciam por meio de práticas culturais que são traduzidas num verdadeiro manifesto político produzido por seus agentes. Orlandi (2005, p.83) comenta que “[...] Vale lembrar que há outra forma de se tratar o não dito na análise de discurso”. Ou seja, os discursos não falados propõem alternativas de observações dos sujeitos, quando estes produzem símbolos que traduzem suas formas de criar e agir nos contextos políticos e culturais, em ambientes que se transformam em palcos, púlpitos ou ambientes públicos e privados. E, nesta produção de sentidos públicos, que envolvem a participação social dos coletivos culturais e a formulação de políticas públicas de cultura, percebeu-se que a memória coletiva advinda da historicidade presente nos discursos dos integrantes revela que “o dizer não é propriedade particular, as palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua” (ORLANDI, 2005, p.32.)

Assim, a constituição de práticas políticas e culturais já foi elaborada por outros agentes na história goianense. Mudam-se apenas os sujeitos. Contudo, a aproximação de agendas políticas para a formulação de políticas públicas de cultura promoveu um movimento endógeno nos coletivos culturais, que partiram em busca do entendimento de mecanismos de acesso às instâncias de poder, através de reuniões sobre pautas políticas culturais em prol da valorização cultural da cidade e na promoção de renda. Sobre a relação do município e o seu acervo patrimonial expresso nos casarões e igrejas do centro da cidade, que compreende também a preservação material e imaterial do município o sujeito entrevistado declara que:

Goiana também é o aspecto fluido, que são as pessoas e suas manifestações. Então, eu tenho uma preocupação em preservar essa cidade, [...], e que essa cidade passe a ter cada vez mais, ocupação por essa massa fluida que são as pessoas. Que assim é a forma que a gente tem para preservar Goiana, que fisicamente tem seu valor, e pelas pessoas também tem seu valor. (CC-8)

Assim, a voz que se oferece aos cidadãos nas práticas e espaços políticos pode promover a liberdade de expressão com o estímulo ao debate ou rodas de diálogo e a reflexão que o patrimônio cultural também se expressa em sua população. Entretanto, a voz dita ou silenciada é emitida por uma ideologia presente no interdiscurso que conduz as relações de força e poder, as relações de sentido e pelo silêncio local, traduzido numa forma de censura.

Desta forma, o resultado da formulação das falas dos sujeitos pode revelar necessidades diversas, que são discutidas no universo social onde ainda predomina a ideologia hegemônica, que alcançaram o poder por herança familiar e se perpetuam em cargos políticos defendendo os interesses de poucos. Ainda assim, faz-se necessário que os agentes culturais ocupem os espaços político-sociais, como “possibilidade de formar oposição, sendo igualmente respeitados”. (DANTAS, 2007, p.19). Sobre a universalidade de direitos, Cunha Filho (2010, p.192) informa que:

[...] a ideia de universalidade permanece imanente, mas com outro sentido: direitos com esta característica não são necessariamente aqueles aos quais todos têm ou devem ter acesso, mas os que são acessíveis aos que nele se enquadrem; não há possibilidade de exclusão por força de requisitos pessoais, como sexo, cor da pele, opção sexual (*orientação*) e outras qualidades inerentes à pessoa, por determinação da natureza ou por opção legítima. *Grifo nosso*

Contudo, se torna necessário que o acesso aos mecanismos de democracia participativa seja conhecido e compartilhado pelos sujeitos políticos para que ocorra uma participação ampla (DANTAS, 2007). Dessa forma, ao relacionar participação social, discurso, poder e cidadania, percebe-se a existência de hiatos nas narrativas dos sujeitos sobre o entendimento destes conceitos que se intercambiam nas práticas sociais, políticas e culturais dos coletivos analisados. Assim, a ideologia considerada na AD, marca as falas e suas pausas, pois “[...] todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa” (ORLANDI, 2005, p.38).

As relações e disputas pelo poder se tornam permanentes para os integrantes dos coletivos culturais, que se tornam locutores ou portadores de discursos, que revelam o município de Goiana e seu patrimônio material e imaterial, no sentido de dar visibilidade ao município, através de seus discursos que transformam ou interrompem o dito e o não dito de grupos de cultura popular e de outras linguagens artísticas culturais. Desta forma, Orlandi (2005, p. 83) afirma que “as relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo, que há sempre silêncio acompanhando as palavras”.

Ou seja, os coletivos culturais goianenses são participantes da história de seu município e da construção das políticas públicas de cultura, quando se organizam

para elaborar o Plano Municipal de Cultura e o Sistema Municipal de Cultura. Assim, o exercício da cidadania se torna atrelado à condição de garantir que os sujeitos destes coletivos se expressem e se movimentem para a elaboração de diretrizes e metas, a fim de que os seus direitos culturais possam ser garantidos.

A partir daí surgem conflitos e discursos, que diminuem a presença da universalidade de direitos e privam grupos, ou minorias discriminadas, de participarem de reuniões agendadas pelos próprios integrantes dos coletivos culturais, que em sua maioria compõem também o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC). Nesse sentido, importa a afirmação de Orlandi (2005, p. 87) quanto aos discursos polêmicos, a participação social e as disputas de poder: “o discurso polêmico é possível e configura-se como uma prática de resistência e afrontamento”.

Os discursos autoritário, polêmico e lúdico são utilizados de forma polissêmica por sujeitos produtores ou reprodutores destes discursos, com o intuito de conter, controlar ou de expor ideias, a partir de um jogo de sentidos e por disputa por interlocutores (ORLANDI, 2005, p.86). De acordo com a narrativa de um dos sujeitos entrevistados, percebe-se a relação tensa entre o interlocutor e a maioria representada na reunião extraordinária do CMPC convocada, em março de 2017, mas que não incluiu os ex-representantes governamentais devido à mudança da gestão municipal:

Então, quando a sessão é extraordinária e o Conselho Municipal de Cultura avisa, nós participamos. [...] hoje, por exemplo, foi uma sessão extraordinária, houve a presença de outras pessoas e eu fui totalmente excluído. Foi por isso que reivindiquei na frente do presente (*o sujeito se refere ao atual presidente do CMPC*), que se é uma sessão extraordinária, cabe a ele avisar a todos os segmentos.
(IC-GM-CC-6)

Eu fui indicado pela outra gestão através do gabinete do prefeito, eu fui o representante do prefeito dentro do Conselho. Mas, como mudou a gestão, estamos aguardando que a atual gestão possa indicar os nomes, que é de praxe acontecer isso.
(IC-GM-CC-6)

Percebe-se que através desta declaração o sujeito que fala reivindica seu lugar nas sessões extraordinárias do CMPC e na história que se repete nas interdições ou nas ocupações de espaços de poder. De acordo, com Orlandi (2005.p.54), as repetições históricas se refletem mesmo na contemporaneidade, ou

seja, “a repetição histórica, que é a que se desloca, a que permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso”. Logo, contradições são observadas na disposição de espaços de poder onde a historicidade e seus elementos simbólicos se tornam elementos que prenunciam o sentido e sua produção.

Considerações finais

Conclui-se que os coletivos culturais são portadores de tradição e memória e se movimentam na historicidade da formação política goianense, contudo, a pouca representatividade nos espaços de poder traduz a influência exercida ideologicamente pela hegemonia que domina os processos condutores, que viabilizam as políticas públicas de cultura. Constatou-se, portanto, que o silêncio e a interdição fazem parte do não dito destes grupos, embora ocorram discursos de resistência e ações que traduzem a importância dos coletivos culturais existirem e atuarem no âmbito social e cultural do município.

A participação social dos coletivos culturais do município estudado, situado na Mata Norte Pernambucana¹³, se caracteriza como algo inclusivo e democrático, mas não se materializou em sua continuidade. Foi evidenciada a omissão de outros partícipes da sociedade civil e da gestão pública no processo em apoio ao CMPC. Isto porque, a ausência de apoio da gestão, somada ao não reconhecimento do atual CMPC interfere na aplicabilidade e na operacionalidade do próprio CMPC. Há a presença de desigualdades políticas e sociais na gestão do município, que acentuam as interdições dos discursos de grupos que estão à margem das decisões políticas em contraponto ao capital simbólico. Ou seja, existem limites estabelecidos que ainda interferem no progresso do diálogo para a materialização da Constituição Cidadã de 1988, a qual garante os direitos culturais como sendo direitos sociais e universais.

¹³ Em 18/12/2017, Goiana se torna a 15ª cidade da Região Metropolitana do Recife, cuja proposta foi aprovada em primeira votação na Assembleia Legislativa de Pernambuco – ALEPE. A solicitação foi realizada pelo prefeito em exercício do ex-município da Mata Norte, através do ofício 194/2017. Fonte: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2017/12/18/alepe-aprova-ingresso-de-goiana-na-regiao-metropolitana-do-recife-320552.php>

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Participação social no Brasil entre conquistas e desafios**. Secretaria Geral da Presidência da República. Brasília, 2014.

CARVALHO, Cristina A., DOURADO, Débora P. e GAMEIRO, Rodrigo. **Cultura e transformação** - Políticas e experiências culturais. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2013.

CAVALCANTI, Rosângela Batista. Avanços e desafios da participação social no Brasil. In: *DANTAS, Humberto; MARTINS JÚNIOR, José P. (orgs.). Introdução à política brasileira*. São Paulo: Paulus, 2007.

CUNHA FILHO, Francisco H. **Federalismo Cultural e Sistema Nacional de cultura**: contribuição ao debate. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

DANTAS, Humberto. Democracia e Cidadania: Consciência e Participação. In: *DANTAS, Humberto e MARTINS JÚNIOR, J. Paulo (Org.). Introdução à política brasileira*. São Paulo: Editora Paulus, 2007.

FARIA, Hamilton. Conselhos de Cultura: novos e antigos desafios da cidadania cultural. In: *RUBIM, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIM Iuri (orgs.). Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. Edições Loyola. São Paulo: 1996.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

APÊNDICE B- Roteiro de entrevistas com os integrantes dos coletivos culturais: Espaço Cultural Bodega da Yá, Silêncio Interrompido e Iapôí Cineclube.

I-DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome completo, idade, estado civil, e-mail.

Escolaridade: Sexo: Cor/etnia: *opcional

Prática religiosa: *opcional

No caso de possuir filhos (as), quantos (as) são;

Ocupação:

Natural de qual cidade/estado:

Bairro ou comunidade/há quanto tempo:

II- PARTICIPAÇÃO SOCIAL, ENVOLVIMENTO COM PRÁTICAS CULTURAIS E POLÍTICAS CULTURAIS.

- 1- Fale sobre o que você entende sobre cultura, política e cidadania.
- 2- Explique o que você entende por coletivo cultural, qual coletivo faz parte, como você atua neste coletivo e há quanto tempo.
- 3- Você participa direta ou indiretamente do Conselho de Política Cultural de Goiana?
- 4- Como o coletivo cultural do qual você participa se comunica com outros grupos ou setores da sociedade?

II-DESENVOLVIMENTO LOCAL

- 1-- Para você qual a relação entre desenvolvimento e cultura?
- 2- Explique como os coletivos culturais podem estar envolvidos com o desenvolvimento e a cultura do município de Goiana.
- 3- Fale como os coletivos culturais se relacionam com a questão da sustentabilidade.

APÊNDICE C- Roteiro de entrevista com gestores públicos do município de Goiana

I-DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome completo, idade, estado civil, e-mail.

Escolaridade: Sexo: Cor/etnia: *opcional

Prática religiosa: *opcional

No caso de possuir filhos (as), quantos (as) são;

Ocupação:

Natural de qual cidade/estado:

Bairro ou comunidade/há quanto tempo:

II- ENVOLVIMENTO COM A POLÍTICA CULTURAL DE GOIANA

- 1- Em qual pasta pública ou pauta você trabalha no município de Goiana? Há quanto tempo? Qual o tipo de vínculo?
- 2- Esclareça como você entende a cultura e política cultural:
- 3- Explique, baseado (a) em sua experiência na gestão pública, se as políticas culturais podem dialogar com outras pastas públicas. Exemplo: saúde e cultura, esportes e cultura, turismo e cultura, direitos humanos e cultura, urbanismo e cultura e educação e cultura;
- 4- Conhece os coletivos culturais de Goiana? Se sim, quais: Participou de algum? Com qual você mais se identifica? Esclareça.
- 5- Participou de alguma sessão do Conselho de Política Cultural? Foi convidado (a)? Se sim, descreva como foi a sua experiência?
- 6- Comente como o órgão que você possui vínculo pode vir a dialogar com as políticas culturais do município, através do Conselho Municipal de Política Cultural e com o Sistema Municipal de Cultura;
- 7- Cite quais eventos culturais, produtos culturais e bens culturais de Goiana possuem importância para o desenvolvimento local do município?

ANEXO I- Termo de Consentimento Livre Esclarecido



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL -
POSMEX**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Cumprimento Sr /Sr. ^a ao tempo em que solicito a sua participação na pesquisa intitulada A Participação social para o Desenvolvimento Local: diálogos e ações dos coletivos culturais em Goiana-PE, no período de 2013 -2016

, integrante do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. A referida pesquisa tem como objetivo principal, analisar a participação social no desenvolvimento local do município de Goiana-PE, a partir dos diálogos e ações dos coletivos culturais no período de 2013 a 2016 e será realizada por Patrícia Araújo dos Reis, estudante do referido Programa.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista semiestruturada, com utilização de recurso de captação de áudio, a ser transcrita na íntegra quando da análise dos dados coletados. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, contudo, será mantido o anonimato dos respondentes e/ou das organizações participantes da pesquisa. Dessa forma, a participação na pesquisa não incide em riscos de qualquer espécie para os respondentes. A sua aceitação na participação dessa pesquisa contribuirá para o/a mestrando/a escrever sobre o tema que estuda, a partir da produção do conhecimento científico.

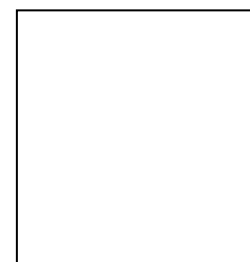
Consentimento pós-informação

Eu, _____, estou ciente das condições da pesquisa, acima referida, da qual livremente participei, sabendo ainda que não serei remunerado/a por minhas contribuições e que posso afastar-me quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo/a pesquisador/a, ficando uma via para cada um/a.

Recife, PE, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do/a participante

Assinatura do/a pesquisador/a



Impressão do dedo polegar
caso o/a participante não saiba
assinar.